



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pedro Soares Leal

A relação da Frente Parlamentar da Agropecuária e a política externa do governo de Jair  
Bolsonaro

Florianópolis

2024

Pedro Soares Leal

A relação da Frente Parlamentar da Agropecuária e a política externa do governo de Jair  
Bolsonaro

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em  
Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da  
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito  
para a obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais.

Orientadora: Prof.a Dra. Clarissa Franzoi Dri.

Florianópolis

2024

### Ficha de identificação da obra

Leal, Pedro Soares

A relação da Frente Parlamentar da Agropecuária e a política externa do governo de Jair Bolsonaro / Pedro Soares Leal ; orientadora, Clarissa Franzoi Dri, 2024.

84 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Política Externa Brasileira. 3. Agronegócio. 4. Governo Bolsonaro. I. Dri, Clarissa Franzoi. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Pedro Soares Leal

**A Relação da Frente Parlamentar da Agropecuária e a Política Externa do Governo de  
Jair Bolsonaro**

Florianópolis, 10 de julho de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a), Dr.(a) Clarissa Franzoi Dri

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a), Dr.(a) Tiago Daher

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a), Dr.(a) Daniel Castelan

Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em [Economia / Relações Internacionais] por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

---

Prof.(a), Dr.(a) Clarissa Franzoi Dri

Orientador(a)

Florianópolis, 2024.

Este trabalho é dedicado aos meus queridos pais, com quem aprendi cada pedaço de quem sou e admiro inestimavelmente.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho marca o encerramento de um ciclo de desafios, crescimento e aprendizado. Se encerra com muita saudade e gratidão por todas as experiências desfrutadas e amizades formadas nesses 4 anos e meio de graduação.

Agradeço principalmente aos meus pais, Elaine e Osvaldo, não apenas por sempre me apoiarem meus sonhos e ideias, mas por terem me ensinado a partir do exemplo tudo que trago comigo no meu dia a dia. Com vocês aprendi que é apenas a partir da educação que posso crescer e fazer a diferença ao meu redor, que a dedicação naquilo que acreditamos pode transformar o que sonhamos em realidade, e que temos responsabilidade e dever de agir para o bem-estar geral e cuidado ao próximo. Obrigado por me fazerem quem sou e me guiarem nessa jornada.

Para os amigos, Airton, Bruno, Harumi, Hellena, Isadora, Daniel, Franke, Júlia, Grazy, Sergio, Zander, Tarik e Lara e todos aqueles que me acompanharam durante a graduação ou nos últimos meses na escrita do trabalho, agradeço por fazerem dessa experiência mais leve e memorável. Juntos passamos pelo isolamento na pandemia, conhecemos Florianópolis, vivenciamos a universidade, comemoramos nossas conquistas e compartilhamos nossas frustrações. Obrigado por me acompanharem nos bons (e maus) momentos nessa fase da vida. Não seria o mesmo sem vocês.

Agradeço especialmente também à Bianca, que me ensinou a ver a vida de outras formas mais leves e me ofereceu cuidado, parceria e amor. Muito obrigado pelo apoio e sacrifício diário durante a escrita desse trabalho. Sem você, com certeza, as dificuldades seriam maiores e as vitórias menos satisfatórias, sua companhia fez de todo esse ciclo que se encerra mais sorridente e lindo. Sou muito feliz que nossas vidas se cruzaram.

Aos professores, agradeço todos que tive o privilégio de escutar, conversar e aprender desde as primeiras fases da vida. Agradeço particularmente à minha orientadora Clarissa Franzoi Dri, que me guiou durante esse trabalho com profissionalismo e carinho. A professora me deu mais certeza de seguir com a minha paixão pela academia. Também aos professores Fernando Seabra, com quem tive a oportunidade de iniciar minha trajetória de pesquisa e trabalho no Labtrans, e Karine Silva, com quem, através do grupo Eirenè, pude desenvolver o pensamento crítico, o qual trago para minha vida. Tenho a mais profunda admiração e gratidão por todos.

Agradeço, por fim, a todos aqueles que lutam por um mundo mais caridoso e justo diante da ascensão do ódio, da divisão e do preconceito. A todos que se opõem à violência dos oprimidos e à retirada de direitos da população, que não toleram o discurso da morte e acreditam em um futuro mais prospero, unido e compreensivo.

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar como a Frente Parlamentar da Agropecuária atua nos temas de política externa durante o governo de Jair Bolsonaro, buscando verificar o interesse dos parlamentares na política externa e sua capacidade influência. A partir do modelo de Jogos de Dois Níveis de Robert Putnam, o estudo foi conduzido com os objetivos de compreender a relação do legislativo com a produção de política externa, identificar a representação de preferências do agronegócio dentro do legislativo e, por fim, analisar como esses interesses são perseguidos e como interferem nas relações exteriores do Brasil durante a gestão de Bolsonaro. Nesse sentido, tem-se como hipótese que a Frente Parlamentar da Agropecuária atua na política externa de Bolsonaro em temas de interesse, tanto passivamente, delegando e fiscalizando atividades do executivo, quanto ativamente, interferindo na condução da política externa quando há desacordo na condução da PE. Os resultados apontam para uma participação da FPA na política externa de modo a conduzir seu debate, delegando ao executivo projetos de seu interesse e exercendo pressão frente as políticas conflituosas da ala ideológica do governo. Logo, a Frente Parlamentar da Agropecuária modera a política exterior de Bolsonaro ao perseguir as preferências comerciais do agronegócio. Dito isso, ressalta-se a importância de estudos qualitativos mais aplicados e profundos nos casos abordados e na relação da FPA e do agronegócio na formulação de política externa.

**Palavras-Chave:** Política Externa Brasileira; Agronegócio; Governo Bolsonaro

## ABSTRACT

The present work aims to analyze how the Parliamentary Front for Agriculture (FPA) operates in foreign policy matters during Jair Bolsonaro's government, seeking to verify the interest of parliamentarians in foreign policy and their capacity to influence it. Based on Robert Putnam's Two-Level Games model, the study was conducted with the objectives of understanding the relationship between the legislature and the production of foreign policy, identifying the representation of agribusiness preferences within the legislature, and, finally, analyzing how these interests are pursued and how they interfere in Brazil's foreign relations during Bolsonaro's administration. In this sense, the hypothesis is that the Parliamentary Front for Agriculture acts in Bolsonaro's foreign policy on issues of interest, both passively, by delegating and overseeing executive activities, and actively, by interfering in the conduct of foreign policy when there is disagreement in the direction of foreign policy. The results point to FPA's participation in foreign policy in a way that drives its debate, delegating projects of its interest to the executive and exerting pressure on conflicting policies from the ideological wing of the government. Therefore, the Parliamentary Front for Agriculture moderates Bolsonaro's foreign policy by pursuing the commercial preferences of agribusiness. That said, it emphasizes the importance of more applied and in-depth qualitative studies on the cases addressed and the relationship between the FPA and agribusiness in the formulation of foreign policy.

**Keywords:** Brazilian Foreign Policy; Agribusiness; Bolsonaro Administration

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tamanho da FPA no Congresso Nacional .....	38
Figura 2: Tamanho da Bancada Ruralista no Congresso Nacional.....	40

## LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Concentração Fundiária (1940-1980) .....	28
Tabela 2: Presença da FPA na 56ª Legislatura .....	39
Tabela 3: Participação da FPA nas Comissões de Relações Exteriores .....	49
Tabela 4: Requerimentos da FPA nas Comissões de Relações Exteriores .....	51

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

ABIQUIM	Associação Brasileira da Indústria Química
AC	Acre
AL	Alagoas
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANDA	Associação Nacional para Difusão de Adubos
APEx	Agência Brasileira de Promoção às Exportações e Investimentos
APROSOJA	Associação Brasileira dos Produtores de Soja
CAPADR	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CF	Constituição Federal
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CRE	Comissão de Relações Exteriores (Senado)
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Câmara dos Deputados)
DEM	Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DPAGRO	Departamento de Promoção do Agronegócio
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAR	Frente Ampla Ruralista
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPA	Instituto Pensar Agro
MA	Maranhão
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MG	Minas Gerais
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PE	Política Externa
PEB	Política Externa Brasileira
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de lei
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNF	Plano Nacional de Fertilizantes
PP	Partido Progressista

PR	Paraná
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSD	Partido Social-Democrata
PSDB	Partido Social-Democrata Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SECOM	Setores de Promoção Comercial
SINPRIFERT	Sindicato Nacional das Indústrias de Matérias-Primas para Fertilizantes
SP	São Paulo
SPS	Comitês de Agricultura e de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
TO	Tocantins
UDR	União Democrática Ruralista
UE	União Europeia

# Sumário

1. <b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2. <b>CONGRESSO, BANCADA RURALISTA E POLÍTICA EXTERNA</b> .....	16
2.1. ENTRE DELEGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO: RELAÇÃO ENTRE O CONGRESSO BRASILEIRO E A POLÍTICA EXTERNA .....	17
2.2. AGRO É TUDO: IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E FORÇA POLÍTICA DA FPA.....	23
2.3. A NOVA POLÍTICA EXTERNA DE JAIR BOLSONARO .....	30
3. <b>ANÁLISE DA FPA NA PE DE BOLSONARO</b> .....	35
3.1. A BANCADA RURALISTA NO GOVERNO BOLSONARO .....	36
3.2. DIPLOMACIA DO AGRONEGÓCIO: O AGRO NO ITAMARATY .....	41
3.3. ATUAÇÃO DA BANCADA RURALISTA NAS COMISSÕES DE RELAÇÕES EXTERIORES .....	46
3.3.1. ACORDO COMERCIAL MERCOSUL/UNIÃO EUROPEIA E A QUESTÃO AMBIENTAL .....	52
3.3.2. RELAÇÕES BRASIL E CHINA .....	59
3.3.3. GUERRA RUSSO-UCRANIANA E O MERCADO DE FERTILIZANTES.....	64
4. <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	68
5. <b>REFERÊNCIAS</b> .....	70

## 1. INTRODUÇÃO

A presença dos interesses ruralistas no Brasil é uma constante desde a presença da empresa agroexportadora de cana de açúcar e algodão no período colonial. Sua influência na política brasileira perpassa o ciclo cafeeiro do império à primeira república, a ocupação do interior brasileiro para exportação de borracha e, atualmente, o agronegócio da soja. A formação do Brasil foi acompanhada pela manutenção de poder das elites agrárias, as quais ocuparam posição decisória no poder público no decorrer de todo histórico brasileiro. Essa influência deu-se em diferentes graus, sendo preponderante do século XVII ao início do XX e em concertação com os interesses industriais a partir dos anos 1930, com o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para mão de obra assalariada (FURTADO, 1997). Em sequência, a agropolítica impediu a reforma agrária em prol da concentração latifundiária, perpetuou a posição periférica colonialista de exportador de commodities ao país e até hoje institui oposição ao avanço de políticas ambientalistas e dos direitos dos povos indígenas em defesa dos interesses privados da elite ruralista.

Essa força política do agronegócio é representada desde a Constituição de 1988 pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Congresso Nacional, a qual também é conhecida informalmente como Bancada Ruralista. O grupo parlamentar fez-se presente em todos os governos, independente do espectro político, seja através de acordos, exercício de pressão ou participação no governo. Em fatores econômicos, o desempenho do setor apresentou aumento de exportações de 8% ao ano em termos reais de 2001 a 2014, o que representa crescimento de 99,9 bilhões de dólares até 2013, seguido de estabilidade (EMBRAPA, 2021). De acordo com o CEPEA (2024), o agronegócio representa participação no PIB de média de 23% no século XXI, o que demonstra sua força também econômica e a importância de se compreender a participação política dos interesses desse setor na produção de políticas públicas.

Em vista do modelo agroexportador brasileiro, os temas que concernem a política externa apresentam-se como imprescindíveis para o agronegócio, visto que flutuações no câmbio, alterações do preço internacional das commodities e dos insumos importados, impactos nos investimentos externos, celebração de acordos internacionais, abertura de mercados exteriores e relacionamento com parceiros comerciais afetam direta ou indiretamente o rendimento das empresas do setor. A relevância do setor na política externa se manifesta também no debate público, onde a tomada de decisões é justificada não por um interesse

nacional baseado em um conjunto de valores, mas pelo pragmatismo de atender às demandas econômicas do setor. A participação institucional e influência dos interesses do agronegócio por meio do legislativo brasileiro na agenda de relações internacionais, portanto, revela-se como um tema de estudo incontornável que ainda não possui abrangente literatura.

Essa relação, durante os governos do Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT), estabelecia-se nos termos de cumprimento dos interesses da frente parlamentar nas negociações das rodadas da Organização Mundial do Comércio (OMC), apesar de não estarem no centro de prioridades da agenda do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Desse modo, a eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 representou uma novidade política no cenário institucional brasileiro. O então candidato prometia um alinhamento direto com os interesses do agronegócio, com o desmonte de instituições e políticas ambientais, viés econômico liberal, promoção de pautas conservadoras e maiores rendimentos para a produção no agro. Esse alinhamento também apresentou pontos de conflito com a visão de política externa defendida pela base de apoio ideológica do governo que serão explorados durante esse estudo.

Esse trabalho, portanto, busca explorar a participação da Frente Parlamentar da Agropecuária na condução da política externa do governo de Jair Bolsonaro, a fim de identificar a manifestação de interesse dos parlamentares nas relações internacionais. Também serão explorados os temas de empenho dos membros da FPA tanto no legislativo quanto junto ao governo, assim como o grau de atuação da bancada ruralista, sendo esta capaz de influenciar a produção de política externa de Bolsonaro através do exercício de pressão e produção de políticas públicas a partir do modelo de Jogos de Dois Níveis de Robert Putnam (2010). Para esse intento, a metodologia adotada é predominantemente qualitativa, baseada em análise bibliográfica e documental, com apoio de reportagens e relatos da mídia para compreensão do posicionamento de parlamentares ruralistas sobre os temas de política exterior. A análise quantitativa é utilizada complementarmente para compreensão das dimensões da Frente Parlamentar, sua força econômica e sua presença no parlamento e nas comissões especializadas

Desse modo, a presente pesquisa está dividida em dois capítulos principais para além do capítulo introdutório e das considerações finais. No primeiro, é realizada uma revisão bibliográfica do arcabouço teórico que embasa o trabalho. Destarte, é explorada a importância dos atores domésticos na condução de política externa e negociação de acordos internacionais a partir da literatura de análise de política externa em consonância com a evolução do debate sobre a relação do legislativo com o executivo brasileiro na formulação da agenda internacional.

Em segundo lugar, procura-se compreender o ator estudado, logo, os interesses, histórico e valores que compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária são postos em foco. Por fim, é investigado a gestão do Ministério das Relações Exteriores de Bolsonaro a fim de captar a orientação da Nova Política Externa proposta pelo presidente, sua diferença de gestões precedentes e o conflito de interesses que conduzem a tomada de decisão do ministério.

No segundo capítulo, é realizada a análise da relação da FPA e da PE de Bolsonaro. Inicia-se pela análise bibliográfica e quantitativa da bancada ruralista no governo com intuito de mensurar o tamanho, poder e relevância da frente parlamentar durante a 56ª legislatura, assim como sua relação com o presidente. Em seguida, a análise se concentra na relação do legislativo diretamente com o executivo por meio da iniciativa do MRE com a Diplomacia do Agronegócio. Enfim, o estudo foca na atuação dos parlamentares nas comissões de relações exteriores, primeiro pela mensuração da ocupação das comissões pelos membros da frente parlamentar como meio de verificar interesse nos temas específicos, segundo por meio da análise qualitativa da mobilização da FPA nas comissões em três assuntos de relações exteriores distintos: O acordo União Europeia-Mercosul e a questão ambiental, as relações China/Brasil e a Guerra Russo-ucraniana. Essa análise tem como objetivo observar os pontos de conflito e concordância entre a FPA, no legislativo, e o executivo a fim de entender os interesses da bancada na condução da política externa, assim como sua capacidade de influência na agenda internacional brasileira durante o governo Bolsonaro.

## 2. CONGRESSO, BANCADA RURALISTA E POLÍTICA EXTERNA

Antes que seja analisada a relação entre a Frente Parlamentar da Agropecuária e a política externa de Bolsonaro, é necessário responder a três questões principais: Como é pautada a participação do Congresso brasileiro na política externa? O que é a FPA? E qual é o direcionamento da política externa de Bolsonaro?

Este capítulo tem o intuito de responder a essas perguntas tendo em vista que é imprescindível entender as limitações e características do legislativo quanto aos temas de política externa, assim como quem é o ator doméstico estudado e quais as características da gestão de política externa inserida no estudo. Essas temáticas embasam a análise do capítulo seguinte, possibilitando compreensão mais profunda dos interesses da FPA na política externa,

seu modus operandi no legislativo e a sua relação com o executivo na condução das relações internacionais.

Desse modo, o presente capítulo divide-se em três seções: a primeira introduz o modelo de Jogos de Dois Níveis de Putnam (2010) e explora a relação do congresso com a política externa; a segunda trata da construção histórica e ação política da Frente Parlamentar da Agropecuária; e a terceira discute sobre o viés e características da Nova Política Externa de 2019 a 2022.

## 2.1. ENTRE DELEGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO: RELAÇÃO ENTRE O CONGRESSO BRASILEIRO E A POLÍTICA EXTERNA

Tendo em vista o objetivo deste trabalho e a necessidade de apresentar uma análise aprofundada acerca da relação da FPA com a política externa do governo Bolsonaro, foi escolhido como aporte teórico a análise de Jogos de Dois Níveis de Putnam (2010) a fim de se compreender a atuação de agentes domésticos nas relações exteriores. Também propõe-se explorar como se dá a relação entre congresso e a política exterior, quais são os limites e atribuições do legislativo na produção de políticas e como os parlamentares se mobilizam frente a esta pauta.

Putnam (2010) apresenta uma perspectiva inovadora frente à visão estadocêntrica dos realistas ao propor um modelo de análise no qual fatores domésticos e internacionais possuem papel central nas negociações internacionais e, portanto, devem ser investigados para além da cúpula decisória do Executivo e dos arranjos internacionais. Nesse aspecto, Putnam (2010, p. 151) descreve que:

“A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos.”

Dentro do campo nacional, são apontados enquanto fatores a serem considerados na negociação as ações e influência de partidos políticos, de grupos de interesse, econômicos ou não, e da opinião pública. Ademais, é no nível interno que ocorre a ratificação dos acordos internacionais, o que os legitima frente a sociedade, ou seja, é nesse âmbito que ocorre a

concretização ou não do acordo negociado no plano internacional. Desse modo, espera-se que ocorram negociações internas prévias ao acordo, assim como as próprias expectativas de rejeição doméstica podem dificultar o seu andamento ou até mesmo impedir que suas negociações comecem. Essa ligação entre os níveis doméstico e internacional torna imprescindível que haja uma comunicação entre as expectativas e interesses nos dois âmbitos, não possibilitando ignorar aspectos internos como a composição das bases de apoio dos governos, suas estruturas institucionais e a formação social dos países ao se tratar das relações internacionais. Milner (1997) acrescenta ainda que a cooperação entre os estados é influenciada pela distribuição de poder, de informação e de preferências no âmbito doméstico, onde três atores distintos atuam conforme essas variáveis para definição da política externa: o Executivo, o Legislativo e os grupos de interesse. Assim, o resultado das negociações internacionais depende de como a tomada de decisão e o acesso à informação são organizados (centralizados ou compartilhados) e se os atores envolvidos têm preferências mais colaborativas ou divergentes em relação aos outros atores e ao acordo internacional em questão, ou seja,

“[...] quando o ator doméstico mais colaborativo detém maior poder de decisão interna, a cooperação é mais provável. Quando o ator mais divergente é o mais poderoso na política doméstica, as chances de cooperação diminuem, mas, quando possível, seus termos se tornam mais favoráveis ao divergente. [...] não apenas a posição relativa dos atores importa, mas também a distância entre suas preferências. Quando o executivo e o legislativo têm preferências políticas muito divergentes, o governo se torna mais dividido e a cooperação é menos provável.” (Milner, 1997, p. 17, tradução nossa)

Partindo do processo de formulação de política externa, tendo como ponto de partida seus fatores condicionantes internos, Martin (2000) propõe a aplicação da teoria da delegação nos estudos de política externa dos Estados Unidos. Destarte, a autora exprime que a legitimação dos compromissos firmados internacionalmente se dá na esfera doméstica, uma vez que o princípio de soberania dos estados prevê a inexistência de autoridade internacional que os obrigue a cumprir com seus acordos. A partir dessa premissa, entende-se a participação do poder legislativo como essencial para as relações internacionais, porém a produção de política externa por esse poder também supõe processos de negociação mais longos e dificultosos, devido ao dilema de ação coletiva (Olson, 1999) e à maior pluralidade de preferências dos indivíduos envolvidos. Pensando nisso, a autora sugere que ocorra delegação da condução da política externa do Legislativo para o Executivo. Essa hipótese, portanto, necessita da correspondência de interesse entre os dois poderes, ou seja, a delegação apenas ocorreria no caso de uma convergência, enquanto quando houver divergência, o legislativo buscará aumentar sua participação.

Martin (2000) também explora a esfera da influência, visto que o grau de controle da delegação pode variar de muito eficiente para inexistente, o que gera abdicação por parte do legislativo. A autora argumenta que os parlamentares possuem interesse na condução da política externa e, portanto, exercem influência sobre a ação do Executivo, participando ex ante do processo mesmo com a ausência de mecanismos diretos de controle. Como visto anteriormente, a ratificação de acordos pelo legislativo é imprescindível para sua institucionalização, logo, o Executivo possui estímulos para negociar com o congresso, que, por sua vez, possui interesse na política externa, influenciando-a na direção de suas preferências, como pelo exercício de pressão.

Vale notar que o estudo considera a institucionalização norte-americana, a qual possui um mecanismo evidente de delegação, o mandato negociador, o qual consiste em uma autorização do legislativo para negociar as políticas externas comerciais, o qual é inexistente no Brasil. A Constituição de 1988 estabelece, no artigo 84 inciso VIII, que é de competência privativa do Presidente da República a “celebração de tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional”. A este, por sua vez, é creditada, no artigo 49 inciso I, a “competência exclusiva para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”. O senado especificamente também possui, de acordo com o artigo 52 inciso IV, “competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente”. (BRASIL, 2016)

A CF (BRASIL, 2016) também define os princípios norteadores das relações internacionais no artigo 4º, sejam eles:

- “I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

Essas premissas constitucionais embasam a atuação dos atores políticos diante das relações internacionais, instaurando limitações e competências de cada um dos poderes, o que define os seus espaços de articulação e possibilidades de reprodução de seus interesses na política externa.

Devido às características próprias ao sistema brasileiro, Neves (2003) buscou utilizar o modelo de Martin (2000) para avaliar a relação entre os poderes, explorando os acordos econômicos de integração regional, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Nessa análise, verifica-se o aumento do interesse na participação do legislativo em temas de conflito entre os poderes, porém a ausência de um mandato negociador enfraquece a capacidade de controle político sobre o executivo, o que possibilita aos parlamentares somente participação institucionalizada por meio de instrumentos ex-post na forma da ratificação no Congresso Nacional. A participação indireta é possibilitada a partir do exercício de influência e pressão por meio da declaração de discordância de interesses nas atividades legislativas nas comissões temáticas, notadamente a CREDN e CRE, ou no plenário, assim como em negociações internas com o Executivo na inclusão das suas preferências na própria pauta da política externa. O autor argumenta que, nos casos observados, a delegação pela convergência de interesses ocorre no texto constitucional ao definir, no artigo 4º, a integração latino-americana como objetivo da política externa brasileira, o que explicaria menor participação nas negociações do Mercosul, enquanto houve maior participação no caso da Alca por não haver esse pressuposto de acordo entre os poderes, surgindo espaço de discordância da política externa. Por fim, Neves (2003, p. 132) chega à conclusão que

“Os parlamentares são interessados em política externa, mesmo que a deleguem ao poder Executivo. É justamente por causa desse interesse no tema que os parlamentares continuam a observar a atuação do poder Executivo e a repercussão desta junto à opinião pública. É desta observação que, em caso de divergência, surge o controle político (ou a participação institucionalizada). Portanto, mesmo não participando diretamente, na maior parte das vezes, no processo decisório em matéria de política externa comercial, o papel do poder Legislativo não se resume ao de mero espectador e “vítima” do poder Executivo.”

Essa visão de desinteresse do legislativo pela política externa, advinda da estrutura institucional brasileira de domínio da pauta pelo Executivo e do Itamaraty, dominou os estudos de política externa no Brasil. Essa percepção se fez presente nos estudos de caso das discussões sobre a integração latino-americana com a criação do Mercosul, que estavam concentradas no

Executivo, o que desestimulou a participação dos legisladores e dos partidos, os quais só se mobilizam quando há um conflito específico, como a discordância entre a Argentina e o Brasil sobre o setor açucareiro. Logo, o legislativo abdicaria da condução da política externa para focar na agenda nacional e temas domésticos para deixar as pautas externas para as instituições especializadas do Ministério das Relações Exteriores e do Itamaraty (Oliveira, 2004).

Em oposição à teoria de negligência da supervisão da política externa pelo congresso, McCubbins e Schwartz (1984) introduzem duas técnicas praticadas pelo legislativo: a supervisão por patrulha policial e por alarme de incêndio. A primeira indica uma política mais centralizada e ativa, onde os parlamentares tomam a iniciativa de fiscalizar a condução das relações exteriores pelo executivo em busca de conflitos com os seus objetivos a fim de evitar o distanciamento da política externa das suas preferências. Os legisladores podem fazer isso por meio de instrumentos institucionalizados, como a realização de audiências públicas e manifestações em plenário. A segunda, de supervisão por alarme de incêndio, consiste em uma técnica mais passiva e descentralizada, no qual o congresso estabelece práticas informais de consulta com indivíduos e grupos de interesse. Esses grupos realizam a fiscalização das ações administrativas e retornam ao legislativo com suas demandas, uma vez que os interesses dos parlamentares estão ligados aos seus grupos de apoio e eleitores. Enquanto seu representante, eles realizam a cobrança perante o executivo. Nessa técnica também pode ocorrer dos grupos intervirem diretamente junto às agências executivas, como o MRE, com acesso às instâncias de decisão estatal e às informações do processo de negociação. Os autores apontam que a última é ignorada pelos estudos que concluem o desinteresse do legislativo na política externa, pois buscam apenas por evidências de fiscalização por patrulha policial, não avaliando a ação parlamentar por completo.

Vale acrescentar ainda a preferência do legislativo pela fiscalização por alarme de incêndio, uma vez que este apresenta menores custos e retornos melhores, devido ao não comprometimento integral da atuação do parlamentar em acompanhar de perto a tomada de decisão das agências administrativas e pela maior abrangência de temas que ele pode atuar devido à descentralização da inspeção. O que se soma à aproximação com grupos de interesse, que, por sua vez, são capazes de otimizar a solução de suas reclamações ao encenarem aos parlamentares que as decisões tomadas divergem dos objetivos compartilhados com o legislativo (MCCUBBINS, SCHWARTZ, 1984).

A partir desse pressuposto, Spohr (2020, p. 6) traz para o contexto brasileiro a interpretação de que “o congresso nacional atua em padrão de delegação controlada na política externa, permitindo ao poder executivo o protagonismo do processo, mas atuando em momentos de divergência das posições adotadas”. O autor analisou quatro instrumentos legislativos a fim de identificar dentro da estrutura institucional brasileira as técnicas de supervisão apresentadas por McCubins e Schwartz (1984). Primeiramente observou decretos legislativos para aprovação de atos e tratados internacionais, nos quais não é permitido aos parlamentares uma atuação mais ativa, o que os limita a reagir aos textos submetidos para apreciação. Logo, os congressistas apresentam padrão de supervisão por alarme de incêndio, devido à maior atenção dada a alguns casos por divergências de interesses do conteúdo do acordo discutido. Posteriormente, foram investigados os pedidos de informação ao executivo e as convocações de ministros, que permitiram verificar atuação espontânea dos parlamentares, ao invés do papel reativo de ratificação de acordos. Nesses casos, Spohr (2020) observou presença tanto da técnica por alarme de incêndio quanto por patrulha policial, o que varia de acordo com a disputa político-partidária, com a oposição atuando para questionar a condução da PE pelo executivo enquanto a ala governista supervisiona para ter melhor acesso a informações e publicizar as ações do governo. Aponta-se também para uma maior presença da supervisão por alarme de incêndio no senado, ao passo que a câmara dos deputados apresenta ambos os padrões de controle. Por último, foi analisado o processo de aprovação de autoridades pelo senado, notadamente a nomeação de autoridades diplomáticas. A investigação apontou para o interesse da câmara alta em influenciar a política externa tendo em vista variáveis como o tempo de deliberação, divergência nas aprovações das autoridades e o mandato do governo.

Em adição, Diniz e Ribeiro (2008) argumenta que a presença da influência do legislativo na formulação da política exterior como antecessor da ação, ou seja, o sucesso da influência em alinhar as preferências dos atores resulta na ausência da atividade, seja um veto do executivo ou a manifestação posterior de um parlamentar. Assim como também pode ocorrer por meios mais visíveis a exemplo da retardação da deliberação dos atos institucionais por parte do legislativo, uma vez que este tem a capacidade apenas de ratificá-lo ou rejeitá-lo. Desse modo, o autor propõe uma análise dos projetos de decreto legislativo referentes a acordos internacionais, o que revelou um espectro amplo de participação política dos congressistas por meio da cooperação como facilitadores da aprovação de acordos por meio dos pedidos de urgência.

Por fim, é importante destacar a necessidade de se explorar mais profundamente a relação do legislativo brasileiro com a política externa, dado que o debate sobre a atuação do congresso nessas pautas é recente. Assim, esse trabalho examinou o avanço dessa discussão desde a compreensão do desinteresse dos parlamentares com a condução das relações exteriores pelo executivo, conferindo aos primeiros a atribuição de meramente ratificar acordos negociados pelo último. Logo, verificou-se que o congresso participava na política externa a partir de um sistema de delegação para o executivo, sob o requisito de convergência de interesses, no qual em caso de conflito, buscava-se intervir e atuar de modo mais ativo. Acrescenta-se também investigações sobre a influência do legislativo na administração da política exterior pelo executivo por meio de instrumentos institucionais e consultas entre os poderes a priori das negociações a fim de se obter consenso e fluidez nas votações para aprovação dos atos internacionais. Essas interpretações possibilitaram o aprofundamento de estudos sobre o modo de fiscalização do executivo dentro de uma delegação controlada, na qual os parlamentares exercem controle por meio de técnicas de alarme de incêndio, atuação passiva e descentralizada, e de patrulha policial, mais ativa e centralizada. Além do mais, cabe ressaltar a presença de grupos de interesse na formulação da política externa por meio da atuação do legislativo tanto na fiscalização junto ao congresso, como na própria impressão das suas preferências nas relações exteriores enquanto ator doméstico capaz de influenciar na tomada de decisão no jogo de dois níveis.

A partir desse repertório teórico, a próxima sessão tem o intuito de identificar as características e interesses da Frente Parlamentar da Agropecuária enquanto ator doméstico do poder legislativo. Esse entendimento será necessário para investigar posteriormente sua atuação frente à política externa de Bolsonaro e analisar em que medida esse grupo de parlamentares está interessado na pauta internacional e de que modo age diante dela.

## 2.2. AGRO É TUDO: IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E FORÇA POLÍTICA DA FPA

Tendo em vista o grupo a ser estudado enquanto participante da política externa no legislativo, busca-se a compreensão de sua atuação no legislativo e de seus interesses políticos. Nesta sessão será explorada a história, a formação e o modus operandi da Frente Parlamentar da Agropecuária enquanto braço político-institucional representante do agronegócio brasileiro. Desse modo, propõe-se entender a relevância não apenas da frente parlamentar, mas também

do setor ao qual a bancada representa, a fim de definir posteriormente sua relação com a política externa.

Primeiramente, vale compreender que a formação econômica brasileira é construída à base da produção agrícola e que o grupo detentor destes meios de produção usufruíram de poder político para influenciar a atuação do Estado visando o cumprimento de seus interesses. O processo de concentração de terras, e, conseqüentemente, de renda, é apontado por Celso Furtado (2007) como fator determinante para o subdesenvolvimento brasileiro. A estrutura econômica desigual tem início na colonização, com a instituição da empresa agromercantil de estrutura produtiva capitalista voltada à exportação e concentração de renda e terras (PRADO JÚNIOR, 1970).

Esse sistema econômico é herdado pelo Brasil, o que possibilita a reprodução, durante seus ciclos econômicos, da manutenção de poder dos proprietários de latifúndios, que influenciam ininterruptamente, em maior ou menor grau, a condução do Estado brasileiro, impedindo o avanço de políticas de reforma agrária e defendendo seus interesses econômicos. Desse modo, a Frente Parlamentar da Agropecuária é compreendida neste trabalho enquanto ator institucional materializado da perpetuação desta configuração de poder histórica e representantes contemporâneos dos interesses da empresa agroexportadora.

Logo, a atual Frente Parlamentar de Agropecuária, enquanto Frente Parlamentar formal, remete às condições de formalização das Frentes Parlamentares mediante assinatura de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal de acordo com o ATO DA MESA Nº 69, DE 10 /11/2005. O grupo ruralista tem atuação registrada anterior ao seu formato atual, como apresenta a FPA (2024),

“Até 1994, a bancada ruralista continuou a existir informalmente. Em 1995 foi fundada, com ata assinada por deputados e senadores, a Frente Parlamentar da Agricultura. Em 2002, foi lançada a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, que em 2008 passou a ser denominada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), para se adequar às regras de regulamentação criadas pela Câmara dos Deputados.”

A atuação da bancada ruralista, entretanto, remete desde a década de 80 com a União Democrática Ruralista (UDR) e a Frente Ampla Ruralista (FAR). O grupo de parlamentares ligados ao setor tiveram papel significativo na Assembleia Nacional Constituinte, “mobilizando-se na busca de uma legislação que assegurasse, principalmente, os direitos de propriedade. O resultado deste trabalho garantiu no texto Constitucional a preservação dos direitos de propriedade rural em terras produtivas.” (FPA, 2024)

A UDR ganhou destaque na defesa da propriedade privada, combate à reforma agrária e oposição às ocupações de terras pelos trabalhadores rurais durante os anos 80 (VIGNA, 2001). A organização criada em 1987 centralizou a representação do setor agropecuário devido à mobilização fervorosa dos seus representantes, notadamente o líder Ronaldo Caiado, diante dos interesses do setor, logo, foi considerada precursora da atual FPA. A sua formação se deu pela busca de legitimação da sociedade em contraposição ao crescimento de movimentos populares do campo que ganhavam espaço, logo Regina Bruno (1996, p. 72) aponta que o grupo

“surgiu numa conjuntura de transição e de debates sobre a reforma agrária como reação de determinados setores das elites rurais à proposta de reforma agrária da Nova República. Defendia a urgência de ‘uma resposta à altura às invasões de terra’ e se contrapunha ao posicionamento do governo favorável à reforma agrária, por entender que esse posicionamento fortaleceria a luta pela terra no Brasil e induziria à maior mobilização da sociedade em favor da proposta reformista”

O grupo extraparlamentar, apesar de reduzido número, cerca de 20 deputados, possuía relevante capacidade de articulação diante de seus interesses na Assembleia Legislativa (VIGNA, 2001). Isto foi possível devido ao perfil de representação política adotado pelos uderistas, chamados de “parlamentares militantes”. Estes eram considerados fiéis aos interesses defendidos pelo patronato rural, produzindo votos classistas acima dos partidários. A UDR também criou uma renovação da imagem do patronato rural por meio do “produtor autêntico”, que tinha objetivos claros de se defender de medidas estatais contra seus interesses de produção, por meio desta representação foi possível unificar a defesa do grupo dentro do imaginário (BRUNO, 1996). Além disso, utilizava da violência, sob argumento de legítima defesa, e da mobilização popular em massa para exercício de pressão e coerção dentro do governo. Os parlamentares, portanto, usavam de uma lógica discursiva de construção da identidade de si enquanto oposição aos seus adversários, os quais são desqualificados e caracterizados pejorativamente, ou seja, define-se “nós, a elite, eles os desqualificados; nós, os defensores da livre-iniciativa, eles, a ‘esquerdinha de boutique’ que tem pretensões de estatizar o campo” (BRUNO, 1996, p. 77).

Vale destacar também o caráter ideológico da representação agrícola institucional, sendo de viés conservador, “marcado pela violência, pela intolerância, pela negação dos direitos e pela defesa da propriedade da terra como direito absoluto” (BRUNO, 2017, p. 159). Essa identidade ruralista da década de 80 se fez presente na participação de debates e subcomissões considerados estratégicos no Congresso Nacional realizando oposição às políticas de caráter progressista em questões ligadas aos negros, indígenas e minorias. Na Constituinte de 1988, a maioria dos parlamentares ruralistas votou contra ou absteve nas votações relativas aos direitos

e garantias dos trabalhadores e servidores e contra a participação popular no processo legislativo, enquanto alguns se posicionaram a favor das Forças Armadas, a favor da pena de morte e até contra o ensino público, por exemplo (BRUNO, 2017). Simionatto e Costa (2012), auxiliados pelo repertório de Gramsci (2000b), explicam que uma das características dos partidos agrários na modernidade é a força representativa não correspondente à sua função histórica, social e econômica, devido à manutenção dos elementos da produção agrária dirigidos pela sua parte mais retrógrada.

A UDR, portanto, perdeu força após a Constituinte devido ao seu caráter agressivo, intransigência nas negociações e à conclusão da sua principal pauta: a legislação fundiária. A perda de espaço com a desestruturação dos canais de pressão após o impeachment do presidente Fernando Collor e o enfraquecimento político do líder Ronaldo Caiado levaram a sua dissolução em 1993, acompanhado de uma reorganização do grupo em uma renovação da bancada ruralista no parlamento. Vigna (2001, p.15) aponta 3 principais fatores que levaram à esta redefinição:

“O restabelecimento do grupo foi possível devido a uma conjunção de fatores: O crescimento do PFL, que levou para a Câmara dos Deputados os representantes da elite agrária, ainda mais conscientes da importância da organização da Bancada Ruralista como grupo de interesse, pressão e lobby. A eleição de notórios conservadores para as presidências da Câmara e do Senado Federal A vitória, nas eleições presidenciais, da Aliança Liberal (PFL/PSDB) A articulação da base parlamentar de apoio ao Governo, com os partidos mais conservadores: PFL/PSDB/PMDB/PTB. A não reeleição do deputado Ronaldo Caiado. Livres desta liderança centralizadora, o grupo ampliou sua articulação com outros setores parlamentares.”

Com a constituição oficial da FPA no início dos anos 2000, os ruralistas buscaram reproduzir o mesmo comportamento intransigente, no qual Regina Bruno (2017) destaca dois aspectos da visão de mundo compartilhada:

“Em primeiro lugar, a defesa da propriedade da terra concebida como um direito natural, absoluto. Emblema da união que supera as disputas, neutraliza as divergências e as diferenças existentes; que orienta as propostas de políticas públicas e facilita a organização da classe; que demarca quem são os adversários, fundamenta a recusa de que a terra cumpre uma função social e respalda o argumento de que para ser moderno, é necessário ser grande. Ou seja, a escala como elemento chave da legitimação ideológica se transforma em exigência e encobre o caráter conservador da modernidade.[...]. Em segundo lugar, a força do pensamento conservador, do não reconhecimento dos direitos para os grupos subalternos, da humilhação como recurso de poder, da defesa da seletividade no acesso às políticas públicas respaldada no pressuposto de que sua condição de beneficiário implica exclusão e/ou dominação dos grupos subalterno. A identidade ruralista se alimenta de uma concepção de mundo marcada pela ambivalência. Um patronato rural e agroindustrial modernizado, renovado e ampliado pelas políticas de incentivos fiscais do governo militar e fortalecido pelas políticas públicas dos governos subsequentes, fascinados com a globalização ‘envolvente e desafiadora’, maravilhado com a necessidade incessante de alcançar maior competitividade e lucro, mas, ao mesmo tempo, orientado por

padrões de conduta conservadores que hoje buscam se apropriar dos territórios indígenas à custa da destruição de um povo e de uma civilização”

Mayrá Lima (2018) acrescenta a essa concepção o emprego de vieses de mobilização na articulação de alianças políticas dos parlamentares ruralistas com representantes de outros setores e interesses no Congresso. A autora aponta 3 principais vieses mobilizados pela bancada ruralista para a congregação de interesses. O primeiro diz respeito ao reconhecimento da capacidade dos movimentos sociais enquanto atores políticos, os quais podem ser responsabilizados jurídica e financeiramente. O segundo viés condiz com o estabelecimento da competência do protagonista do desenvolvimento rural, ou seja, se portar como único representante com capacidade de alocação correta de recursos e produção de políticas públicas para o meio rural. Em terceiro, a autora cita o questionamento da legalidade e da legitimidade dos movimentos sociais de luta pela terra a partir da sua criminalização com base nos argumentos da propriedade da terra.

Por conseguinte, Edécio Vigna (2001, p. 14) analisa que a bancada ruralista não se caracteriza como grupo de interesse, de pressão ou de lobby constantemente, mas alterna entre esses três estágios conforme suas ações, havendo, porém, uma predominância da sua atuação enquanto um grupo de interesse, o qual “é mais amplo que o de grupo de pressão ou de lobby. Ou seja, os grupos de interesse, ao desencadear uma ação, se transformam em grupos de pressão. E o lobby é a operacionalidade da ação”

Sua característica intrínseca, logo, é de bancada suprapartidária com exercício ligado a interesses setoriais, se submetendo apenas à fidelidade desses interesses, com voto liberado nos outros temas. Sua existência, de acordo com Vigna (2001), remete à deficiência de agregação de interesses do sistema partidário brasileiro, no qual não são capazes de gerar políticas públicas associadas, restando-os a função de disputa eleitoral e gestão do Estado, enquanto bancadas suprapartidárias conglomeram os interesses de grupos definidos.

Milmanda (2022) complementa que a agregação de interesses se faz possível devido à estratégia eleitoral multipartidária e centrada nos candidatos dentro sistema partidário fragmentado e indisciplinado do Brasil, o que permite a bancada ruralista se tornar incontornável nas negociações no Congresso, aumentando o poder e aderência de interesses dos produtores do agronegócio. Essa estratégia é materializada a partir do financiamento de candidatos por empresas do agronegócio, as quais se concentram em poucos candidatos, ligados ao setor, dispersas em diversos partidos e centradas em membros da FPA. O apoio do

agronegócio não se restringe às eleições, mas se estende também para atuação parlamentar através do think thank Instituto Pensar Agro (IPA), o qual organiza reuniões, escreve legislações de interesse do setor e elaborar estratégias para aprovação dos projetos de lei junto aos parlamentares, divulga o trabalho legislativo dos candidatos em favor da agricultura e filtra as demandas do setor para auxílio do exercício legislativo. O Observatório de Olho nos Ruralistas (2022) levantou que o IPA é financiado por 48 entidades de classe do setor agropecuário, que somam 1078 empresas e cerca de 69 mil associações individuais, o que permite à instituição acesso privilegiado ao legislativo, como ponte do setor privado para concretização dos seus interesses no Estado.

Esse apoio financeiro e estratégico convergente com os interesses do agronegócio se mostra relevante nos estímulos para parlamentares ruralistas votarem junto à frente parlamentar, a despeito do partido, o que é evidente em entrevista com liderança ruralista feita por Belén Milmanda (2022, p.13, traduzido pelo autor): “Eu sobrevivo na política mais graças aos produtores rurais do que por causa do meu partido; meu partido não me oferece tanto apoio quanto cooperativas e produtores fazem.”. Essa estratégia política é uma representação moderna do que Vítor Nunes Leal (2012) chama de “política dos coronéis”, levando em consideração que o voto é posto como uma ‘moeda de troca’ nas mãos dos coronéis, ou grandes produtores do agronegócio e multinacionais, que possuem acesso à recursos e influência, exigem benefícios e garantia de proteção em troca ao acesso a esses recursos necessários aos políticos para acesso ao poder. Este fenômeno ocorre, de acordo com Nunes Leal, devido à concentração fundiária, que se encontra na base do poder e influência dos ‘coronéis’ evidente na Tabela 1, que apresenta um índice de Gini de concentração fundiária onde os valores variam de 0 a 1 para concentração de terras por estabelecimentos. Nela demonstra-se o aumento da concentração fundiária até em 1985 com 90% dos estabelecimentos possuindo 21% do total da área, ou seja, uma concentração de cerca de 80% do território por 20% dos latifundiários.

Tabela 1: Concentração Fundiária (1940-1980)

Ano	Índice
1940	0.784
1950	0.798
1960	0.796
1970	0.797

1975	0.812
1980	0.815
1985	0.816

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base nos dados do IBGE (2023)

A concentração fundiária, portanto, é apontada por Barcelos e Berriel (2009) como meio para o exercício de poder e controle do Estado a partir de sua instrumentalização aos interesses do capital para produção do espaço agrário brasileiro. Desse modo, a bancada ruralista serve à legitimação institucional da ideologia patronal pela produção de um regime de representação do agro brasileiro e formação de um bloco de poder institucional, que se confunde com o próprio Estado em um binômio Estado/Bancada. Os autores observam também o que chamam de ampliação escalar do poder patronal por meio da atuação de parlamentares ruralistas, o que consiste na canalização de interesses setoriais diversos nos níveis locais e regionais para o nível federal, resultando em sistemas de comando nucleados em torno do grupo ruralista. Essa estratégia permite à FPA uma articulação nos níveis locais a partir de uma rede de simpatizantes de diversas territorialidades, permitindo-a um maior enraizamento e controle da política brasileira.

De outro modo, Caio Pompeia (2020) utiliza o conceito de “concertação política do agronegócio” para definir a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária, tendo em vista a racionalização em busca do consenso entre agentes opostos de interesses privados, de um lado, e estatais, de outro. A concertação apontada pelo autor é definida como “configuração público-privada de estratégias de convergência, as quais, operadas em diversos níveis, apresentam como traços a intersectorialidade, a multilateralidade, a institucionalização, e a sistematicidade” (2020, p. 13). Ela apresenta, portanto, três níveis de ação, são eles 1) entre entidades, 2) entre nucleações amplas e 3) entre os núcleos e agentes do Estado. Na 1) se destaca a participação do Instituto Pensar Agro (IPA) e o Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a 2) entre o conjunto de entidades setoriais amplas, e o 3) com participação institucional, onde entram a FPA e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por exemplo. A ação política da bancada ruralista, portanto, se insere na concertação como representante institucionalizado de uma gama de interesses racionalizados pelo consenso dentro do agronegócio. Essa convergência de interesses se faz possível pela estratégia de atuação dos agentes de concertação, que

“empregam – preferencialmente, nos bastidores – dispositivos de orquestração de interesses, dos quais se podem destacar a ênfase em questões transversais, o agenciamento de categorias agregadoras, e o estabelecimento de hierarquia e divisões de tarefas. Por meio da maior racionalização de suas relações, tais atores procuram aglutinar forças para ampliar sua influência sobre o Estado e, conseqüentemente, aprofundar seu controle sobre territórios no país.” (POMPEIA, 2020, p.13)

Essa estratégia se faz presente pela mobilização de determinadas categorias operadas como ferramenta de convergência para atores anteriormente dispersos, a exemplo da insegurança jurídica promovida pela reforma agrária, a qual uniu o setor agro em prol da bandeira unificada da propriedade privada. Esta também é posta em prática pela atuação em conjunto da FPA em nome da categoria agronegócio, promovendo, assim, um senso de unidade do grupo por meio da representação hierárquica, o que permite atingir um patamar de negociação mais elevado enquanto único representante do setor com posição definida.

Assim, a Frente Parlamentar da Agropecuária pode ser compreendida como um grupo de interesse suprapartidário de representação do agronegócio com ampla capacidade de articulação política a partir de estratégias discursivas, apoio econômico relevante, grande influência decisória e enraizamento no sistema político brasileiro. Estas características demonstram a importância de se examinar essa bancada parlamentar como sujeito participante na produção de políticas públicas e, notadamente, de política externa. Desse modo, faz-se necessário, por último, entender o contexto e características que distinguem a condução das relações internacionais no Governo Bolsonaro para enfim examinar a relação da FPA com a sua política externa.

### 2.3. A NOVA POLÍTICA EXTERNA DE JAIR BOLSONARO

A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência em 2019 por meio de uma plataforma de governo autoproclamada liberal-conservadora foi um marco na política brasileira ao encerrar o ciclo político centrado na oposição PT/PSDB e iniciar um novo paradigma. Na nova administração, a proposta de promover políticas públicas divergentes das administrações anteriores, principalmente dos governos petistas, fez-se presente em diversas frentes, principalmente na Política Externa, configurando uma diplomacia de ruptura (SPEKTOR, 2018).

O governo Bolsonaro é resultado do desgaste do modelo liberal em curso no mundo, devido à persistência e lenta recuperação da crise econômica iniciada em 2008, a qual também gerou lideranças como Donald Trump, nos Estados Unidos. Lurian e Burian (2018, p. 42) o

classificam como representante da direita neo patriota lationamericana, a qual é definida como “parte de uma tendência ou ciclo global de ascensão da ultradireita e do nacionalismo extremo que questiona a democracia liberal, à globalização e a ordem internacional liberal”, a qual faz parte da nova direita insurgente no cenário internacional.

No Ministério das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, diplomata de baixo escalão, foi indicado a partir da influência da base ideológica ligada ao escritor conservador Olavo de Carvalho. O novo chanceler realizou alterações no currículo do Itamaraty e promoveu políticas que desestimularam a diplomacia tradicional da instituição. Em seu artigo “Trump e o Ocidente”, Araújo (2017) apresentou a visão de mundo basilar que dominaria as relações exteriores sob Bolsonaro, na qual o futuro chanceler vislumbra o presidente norte-americano, Donald Trump, como defensor do Ocidente, que estaria ameaçado pelo islamismo radical, pela perda da identidade europeia e pelo marxismo cultural globalista.

No seu discurso de posse, o novo chanceler expressou de modo mais concreto o que viria a ser a política externa na sua gestão. Ele dissertou sobre princípios como conhecimento, verdade e liberdade com referências à Grécia Antiga, Olavo de Carvalho e figuras da literatura brasileira. Expressou críticas à condução do Itamaraty nas administrações anteriores, prometeu uma política externa ligada ao comércio, se posicionou como anti-socialista e defendeu uma política externa ligada à religião, contra o que chamou de teofobia. Ernesto Araújo apresentou o alinhamento brasileiro em oposição aos governos anteriores e alinhado com governos representantes da extrema direita internacional:

“[...] nós admiramos quem luta, admiramos aqueles que lutam pela sua pátria e aqueles que se amam como povo, por isso admiramos por exemplo Israel, que nunca deixou de ser uma nação, mesmo quando não tinha solo – em contraste com algumas nações de hoje, que mesmo tendo seu solo, suas igrejas e seus castelos já não querem ser nação. Por isso admiramos os Estados Unidos da América, aqueles que hasteiam sua bandeira e cultuam seus heróis. Admiramos os países latino-americanos que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo. Admiramos nossos irmãos do outro lado do Atlântico que estão construindo uma África pujante e livre. Admiramos os que lutam contra a tirania na Venezuela e em outros lugares. Por isso admiramos a nova Itália, por isso admiramos a Hungria e a Polônia, admiramos aqueles que se afirmam e não aqueles que se negam. O problema do mundo não é a xenofobia, mas a oikofobia – de oikos, oikía, o lar. Oikofobia é odiar o próprio lar, o próprio povo, repudiar o próprio passado.” (FUNAG, 2019)

Durante o discurso, o Ministro também demonstrou o que viria a ser um dos traços mais marcantes da sua gestão, o caráter anti-globalista:

“O globalismo se constitui no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e

contrários ao próprio nascimento humano. Nação, natureza e nascimento, todos provém da mesma raiz etimológica e isso se dá porque possuem entre si uma conexão profunda. Aqueles que dizem que não existem homens e mulheres são os mesmos que pregam que os países não têm direito a guardar suas fronteiras, são os mesmos que propalam que um feto humano é um amontoado de células descartável, são os mesmos que dizem que a espécie humana é uma doença e que deveria desaparecer para salvar o planeta. Por isso a luta pela nação é a mesma luta pela família e a mesma luta pela vida, a mesma luta pela humanidade em sua dignidade infinita de criatura.” (FUNAG, 2019)

Com a saída de Ernesto Araújo do Ministério em 2021, após pressão da sociedade civil e do Congresso Nacional, o seu sucessor Carlos Alberto França, em seu discurso de posse, demonstrou posicionamento mais pragmático e mais concertado com a tradição da instituição. O chanceler apresentou como temas principais da nova gestão: “a urgência no campo da saúde, a urgência da economia e a urgência do desenvolvimento sustentável.”, sem citações ao comunismo internacional, anti-globalismo ou perseguição internacional de cristãos (FUNAG, 2021). Entende-se, portanto, como será apresentado no decorrer do trabalho, que a substituição é resultado da pressão dos atores múltiplos da base do governo, com destaque para os ruralistas, que possuem interesse na condução de uma política externa pragmática, menos ideológica.

Medeiros, Villas-Boas e Andrade (2019) nomeiam essa política de Bolsonaro como um americanismo ideológico em contraposição aos americanismos pragmáticos tradicionais que historicamente influenciaram a política externa brasileira. Eles destacam, portanto, a percepção difundida em parte do imaginário popular de que o desenvolvimento do país está intrinsecamente ligado ao alinhamento com os Estados Unidos, e como essa percepção influencia as decisões políticas brasileiras, muitas vezes sem considerar devidamente aspectos pragmáticos. Essa crença se faz presente nas falas do chanceler:

“[...] o Brasil, que foi o país que mais cresceu no mundo mais ou menos entre 1900 e 1975, quando seu principal parceiro de desenvolvimento eram os Estados Unidos da América, depois estagnou, quando desprezou essa parceria com os Estados Unidos e passou a buscar a Europa ou uma integração latino-americana, sem uma integração com o restante do mundo. E mais recentemente, a aposta no mundo pós-americano dos BRICS, que é um parceiro extremamente importante, mas que, de repente, passou-se a acreditar que seria o grande parceiro econômico do Brasil. E tem sido, por exemplo, a China, o principal parceiro comercial. E, coincidência ou não, tem sido um período de estagnação do Brasil, justamente nessa vertente econômica, que deveria ter sido, que se propôs a ser o centro desse ciclo.” (MRE, 2019)

Lima e Albuquerque (2019) acrescentam que, para além do viés ideológico e alinhamento americano, Bolsonaro difere-se de administrações anteriores ao promover a política externa através da geração de caos como mobilizador das bases de apoio interno. Argumenta-se, portanto, que “Bolsonaro utiliza a PE como espaço de políticas declaratórias

que buscam a fidelização de uma parcela mais radical do eleitorado” (LIMA, ALBUQUERQUE, 2019, p. 15). Esse eleitorado bolsonarista congrega diversos grupos sociais através do discurso anti-institucionalidade e crítico às formas tradicionais de representação, o que estimula a condução de políticas públicas com objetivo de desestruturar as instituições e romper com procedimentos e comportamentos considerados tradicionais. Isso reflete na condução da política externa, que é mobilizada com o fim de reforçar essa base de apoio do governo.

Nessa linha, Monte e Hernandez (2021) analisam que a política externa em direitos humanos, principalmente ligada à pauta de gênero, é instrumentalizada pelo governo Bolsonaro para satisfação do eleitorado evangélico, configurando, assim, o seu acesso a organizações conservadoras religiosas em detrimento de retrocessos na agenda de direitos humanos. Essa frente foi centralizada na Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, que atuou no posicionamento brasileiro nos fóruns multilaterais, atuando unicamente em prol dos interesses dos grupos evangélicos de apoio do presidente. A condução da política externa em direitos humanos, que vota contra a população LGBT e os direitos das mulheres, “subverte completamente o significado da democracia, cuja plena realização depende da proteção dos direitos humanos das minorias e da garantia de que suas vozes sejam efetivamente representadas e ouvidas”. (MONTE, HERNANDEZ, 2021, p. 115)

Apesar da proposta de distanciamento de governos anteriores, a política externa de Bolsonaro também pode ser compreendida como uma continuidade da gestão de Michel Temer. Danilo Moreira (2020) aponta a convergência entre os governos em 3 áreas comuns: desideologização, comércio e segurança. A primeira condiz com a narrativa de afastamento de parceiros classificados como ideológicos dos governos do PT, como Venezuela e Cuba, e críticas às relações Sul-Sul na PE. Essa agenda, no entanto, tem maior caráter de distanciamento com a esquerda, uma vez que são estreitados laços com governos conservadores e governados pela direita, ao passo que lavou ao não reconhecimento do governo de Nicolás Maduro em 2019. A segunda remete à prioridade da política externa na produção de acordos comerciais e captação de investimentos, centralizando as ações do Itamaraty na diplomacia econômica. Por último, a área de segurança, pelo enfoque na proteção das fronteiras brasileiras e combate ao tráfico de drogas.

Para além destas pautas, Paulo Roberto de Almeida (FREIXO, 2019) argumenta que a gestão de Ernesto de Araújo frente ao MRE tem como objetivo a ruptura dos procedimentos

diplomáticos, assim como da tradição do Itamaraty, em defesa de uma pauta ideológica de alinhamento com os Estados Unidos e anti-globalista. Em vista da ruptura da tradição diplomática do Itamaraty desde o Barão do Rio Branco, Vidigal e Meza (2020), argumentam que o governo Bolsonaro exerce uma política externa contrária à de Rio Branco face à hipótese de um sistema internacional em transição hegemônica, dos Estados Unidos para a China. A título de comparação, Rio Branco acompanhou a transição de poder da Inglaterra em direção aos Estados Unidos, cenário no qual o chanceler se posicionou em alinhamento com a potência ascendente. Os autores explicam a decisão de alinhamento com a potência dita declinante por Bolsonaro, devido aos vínculos históricos com os americanos, à distância cultural e geográfica com o país asiático e à dependência estrutural na área de defesa, o que limita a aproximação brasileira com os chineses. No entanto, ressalta-se a agressividade perante o governo chinês, prejudicando as relações sino-brasileiras, uma vez que o Brasil adota um alinhamento ideológico com os Estados Unidos, mas se afasta de práticas de autonomia e do pragmatismo responsável, vistas em governos como Castelo Branco e Collor, que também se aproximaram dos americanos.

Em sequência, Saraiva e Silva (2019), a partir do trabalho de Gardini e Lambert (2011), identificam que há uma tensão entre a política externa ideológica e a pragmática no governo Bolsonaro. A primeira é definida enquanto “aquela que parte de um mapa cognitivo e é focada em doutrinas e princípios, priorizando a compatibilidade de alternativas aos princípios defendidos em detrimento das consequências práticas desses princípios” (SARAIVA, SILVA, 2019, p. 1), e a segunda é baseada na “utilidade e praticidade de suas ideias, em que o peso das consequências de cada ação supera o apreço por um ou outro princípio” (SARAIVA, SILVA, 2019, p. 2).

A partir dessa compreensão, entende-se que a política externa de Bolsonaro possui múltiplos atores autônomos, os quais não são coesos, mas possuem capacidade de influência e curso de ação, interessados em influenciá-la devido ao vácuo de um planejamento de médio/longo prazo definido pelo governo. Desse modo, a ala em defesa de uma condução ideológica da política externa é representada pelo chanceler e pelo filho do presidente, o deputado Eduardo Bolsonaro, e a ideológica, por grupos como militares e a bancada ruralista. Saraiva e Silva (2019), portanto, analisam que os atores ideológicos têm uma tendência maior a ceder para os grupos pragmáticos. Esse impasse se faz presente no exemplo da sucessão de presidentes da Apex (Agência Brasileira de Promoção às Exportações e Investimentos), que

primeiro recebeu indicação de Eduardo Bolsonaro, ideológico, porém foi substituído por embaixador ligado aos militares, o qual foi exonerado após criticar a política externa ideológica do MRE, assumindo, por fim, um militar, também com viés pragmático. (RODRIGUES, 2019)

Faz-se necessário, por fim, trazer à baila a necessidade de produção de mais estudos que explorem com profundidade a política externa do governo Bolsonaro, tendo em vista a atualidade da administração, sua inserção no movimento internacional de surgimento das novas direitas, de caráter conservador e autoritário, e a novidade na condução da política externa brasileira. Com isso em mente, podemos considerar algumas características que marcam a atuação, principalmente de Ernesto Araújo à frente do MRE. Esta foi marcada pela visão ideológica do sistema internacional, em alinhamento com a administração de Donald Trump, a priorização da diplomacia econômica, a influência de grupos autônomos, a atuação anti-institucional, ao romper com as tradições do Itamaraty, e a instrumentalização da PE como meio de agradar o eleitorado.

Assim, é possível compreender a Frente Parlamentar da Agropecuária enquanto grupo de interesse do agronegócio institucionalizado no legislativo, como um dos atores autônomos presentes na formulação e influência da política externa de Bolsonaro. Os ruralistas enfrentam divergência em alguns pontos com a ala ideológica à frente do MRE no governo, o que será trabalhado no próximo capítulo. Dentro das capacidades do legislativo de atuação nos temas de política externa, a bancada age como ator doméstico, podendo exercer influência na tomada de decisão por meio de delegação e fiscalização.

Nesse cenário, o próximo capítulo visa explorar os interesses do agronegócio, institucionalizados pela Frente Parlamentar da Agropecuária, ao se inserirem na política externa por meio da priorização da agenda comercial, que gerará a Diplomacia do Agronegócio, e a sua inserção como ator da política externa, que manifesta interesse na produção de políticas públicas com finalidade de maximizar seus ganhos no cenário internacional diante da ausência de um projeto de Estado bem estruturado e a descentralização de decisão na política externa.

### 3. ANÁLISE DA FPA NA PE DE BOLSONARO

Em consonância com o contexto político do governo de Jair Bolsonaro, assim como o histórico de relação do Congresso Brasileiro com a Política Externa do país e a relevância do

setor do agronegócio na história econômica brasileira, ligada diretamente à pauta exportadora do comércio exterior em análise no capítulo anterior, é imperativo conceder a devida atenção à Frente Parlamentar da Agropecuária, dada sua expressiva representatividade no setor do agronegócio dentro da política legislativa, sua capacidade de articulação e participação dentro da presidência de Bolsonaro, como veremos adiante.

Logo, esse capítulo propõe-se a analisar o interesse de participação da bancada ruralista na política exterior do governo de Jair Bolsonaro. Em busca de entender como o grupo de parlamentares representantes do setor com maior participação no PIB brasileiro portou-se em relação à política externa, o trabalho explora dois âmbitos de atuação da frente parlamentar. O primeiro, na elaboração de políticas junto ao Ministério das Relações Exteriores e o segundo dentro do Congresso Nacional, principalmente nas comissões parlamentares. Serão observados, portanto, a atuação da FPA tanto em apoio e articulação da política externa pelo Executivo, quanto pela fiscalização e oposição da condução das relações exteriores, de modo “ex ante e ex post na produção de política externa” (BOARIN, RESENDE, 2018, p. 217).

Inicialmente, será exposto o histórico de formação enquanto movimento em defesa do setor da agropecuária até a formação da Frente Parlamentar da Agropecuária reconhecida no Congresso e a sua importância na representação política do setor. Na sequência, será revisada sua relação de alinhamento com o Executivo durante o mandato de 2019 a 2022, assim como seu início nas eleições de 2018. Também será explorada a participação da frente parlamentar na formulação de políticas públicas, notadamente na política externa junto ao Ministério das Relações Exteriores, com ênfase na Diplomacia do Agronegócio. Por fim, veremos a atuação da bancada dentro dos espaços de atuação legislativa na política exterior, sendo analisada a atuação da FPA quanti e qualitativamente dentro das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional na Câmara dos Deputados (CREDN) e no Senado (CRE). Conclui-se, então, a relação da FPA na Política Externa do Governo Bolsonaro a partir do balanço das evidências expostas neste capítulo.

### 3.1. A BANCADA RURALISTA NO GOVERNO BOLSONARO

Em 2016, a FPA foi crucial na concretização do impeachment da presidente Dilma Rousseff, ao oficializar apoio ao seu impedimento e compor 50% da votação contrária à presidente (BANCADA, 2016; CASTILHO, 2017). No governo de Michel Temer, que a

sucedeu, atuou como base governamental, chegando a oferecer quase metade da votação de suspensão de denúncia da Procuradoria Geral da União contra o presidente em troca de uma MP que previa a redução da alíquota de arrecadação paga ao Funrural e a anistia de pagamento dos juros de dívidas atrasadas pelo setor (REBELLO, 2017). Nas eleições de 2018, a Bancada Ruralista posicionou-se em apoio ao então candidato pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, que viria a ser eleito no segundo turno com 57.797.847 votos (55,17%) contra o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, apesar do apoio partidário à outro candidato na disputa, Geraldo Alckmin (PSDB), exercendo, então, sua influência no setor da agropecuária e contribuindo para o êxito eleitoral do candidato de direita.

Neste contexto, a então presidente da Frente Parlamentar, que viria a se tornar Ministra da Agricultura e Pecuária do governo, Tereza Cristina, manifestou em nota de apoio ao candidato, em 02 de outubro de 2018, “atendendo ao clamor do setor produtivo nacional, de empreendedores individuais aos pequenos agricultores e representantes dos grandes negócios” (CRISTINA, 2018). Em nota oficial, a então deputada cita o apoio da Frente ao processo de impeachment de 2016 em linha com a declaração de apoio ao candidato que ali representa a “governabilidade responsável e transparente” em oposição à corrupção e crise econômica ligados ao adversário, Fernando Haddad (CRISTINA, 2018). Em vídeo gravado na entrega da nota de apoio a sua candidatura, Jair Bolsonaro, junto de Tereza Cristina e Onyx Lorenzoni, declara que é um apoiador da classe produtora e promete unir os Ministérios da Agricultura e Meio Ambiente, o que não ocorreu após assumir a presidência. (MATSUI, 2018)

Após sucesso eleitoral do então candidato da direita, a Bancada se beneficiou com a indicação de membros proeminentes da FPA para cargos estratégicos nos Ministérios, com a própria Tereza Cristina assumindo a pasta da Agricultura, Onyx Lorenzoni na Casa Civil e o ex presidente da bancada, Marcos Montes, na Secretaria Executiva do MAPA (DIAP, 2018), além de simpatizantes de suas pautas, como o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (SIEBENEICHLER, 2021).

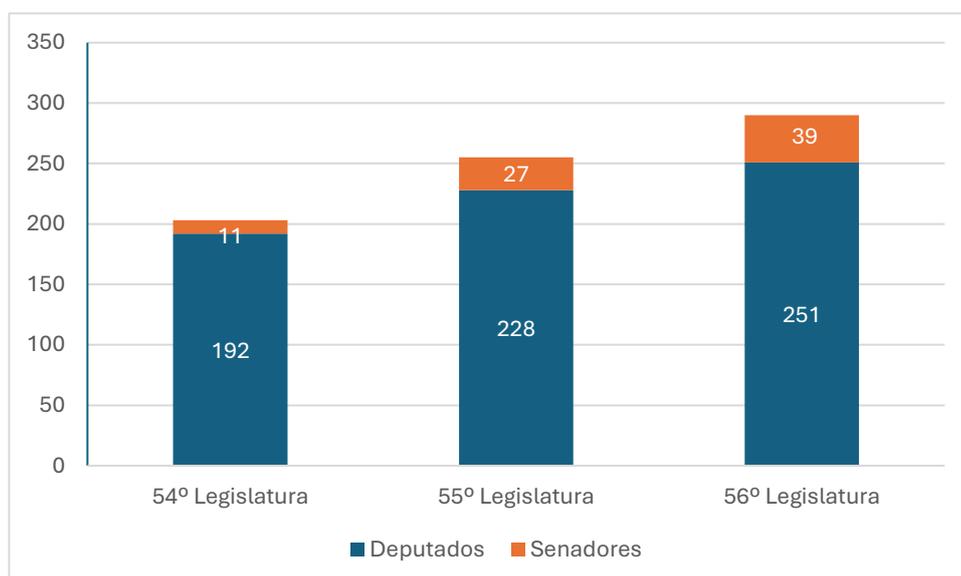
Durante os 4 anos de governo, portanto, o agronegócio apresentou crescimento consistente. Conforme CEPEA (2023) o setor cresceu 3,64% em 2019, seguido por um boom em 2020 com 22,08% de crescimento com PIB de 2.524.470 milhões de reais, 7,84% em 2021 e um decréscimo de 2,39% em 2022, logo, com crescimento médio de aproximadamente 7,89% ao ano. Esse resultado acompanha o bom desempenho nas exportações, a exemplo de 2022 em que as exportações do setor somaram US\$159 bilhões, crescimento de 32% em relação a 2021,

influenciado pelos preços internacionais das commodities e pelo aumento de 8,1% do volume embarcado. Soma-se também aos bons resultados econômicos do agronegócio, o investimento e atenção dada ao setor, visto que, no Plano Safra 2019/2020, “o governo reservou R\$ 225,59 bilhões para o plano agrícola e pecuário e mais do que dobrou o seguro rural, que alcança a cifra inédita de R\$ 1 bilhão”, investimento que aumentou para R\$ 236,3 bilhões no ano seguinte, R\$ 251,22 bilhões em 2021 e R\$ 340,8 bilhões em 2022, 36% maior que o plano precedente. (MAPA, 2019)

O DIAP (2018, p.99), por conseguinte, afirma que a bancada passa a exercer grande influência na 56ª Legislatura, pois “será interlocutora e estará no centro do novo governo”, o que é sintetizado pela declaração de Bolsonaro, ao afirmar sua lealdade com a bancada pela indicação de Salles para o MMA: “Esse governo é de vocês” (DUARTE, 2019), o que demonstra participação política e alinhamento da FPA com o Poder Executivo e as agendas defendidas pelos representantes do setor rural, consolidando, assim, a sua importância no governo Bolsonaro.

No Congresso Nacional, por outro lado, a bancada não obteve resultado eleitoral satisfatório, tendo reeleito apenas 52% dos deputados da legislatura anterior que concorreram no pleito, o que configura a pior performance eleitoral da bancada desde sua criação, devido à alta renovação do Congresso Nacional (BASSI, 2018). A Frente Parlamentar da Agropecuária, no entanto, conseguiu aumentar expressivamente o seu número de signatários em comparação com legislaturas anteriores, como demonstra a Figura 1.

*Figura 1: Tamanho da FPA no Congresso Nacional*



Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base nos dados da Câmara dos Deputados (2024)

A FPA, portanto, cresceu para 290 o número de membros, mais do que 255 da legislatura anterior e 203 da 54ª legislatura, o que representa um aumento de 14% e 43%, respectivamente. A representatividade da Frente em ambas as casas do Congresso Nacional durante o governo Bolsonaro, como demonstrado na Tabela 1, ocupa quase metade da Câmara e do Senado, espalhada por 20 partidos diferentes. Estes estão concentrados principalmente naqueles de centro-direita, como Partido Liberal (PL) e o Partido Progressista (PP), ambos com 43 membros da FPA, o que representa 34,26% da Frente, seguido pelo União Brasil, que surgiu da fusão do PSL, partido de Bolsonaro quando eleito em 2018, e do Democratas, com 27 membros, 10,76% da bancada. Essa expressiva representação expressa sua capacidade de articulação de pautas e propostas para debate da assembleia, assim como expressão de participação no governo Bolsonaro dentro do Congresso Nacional.

*Tabela 2: Presença da FPA na 56ª Legislatura*

	FPA	Total	Taxa FPA
Câmara	251	513	49%
Senado	39	81	48%

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base nos dados da Câmara dos Deputados (2024)

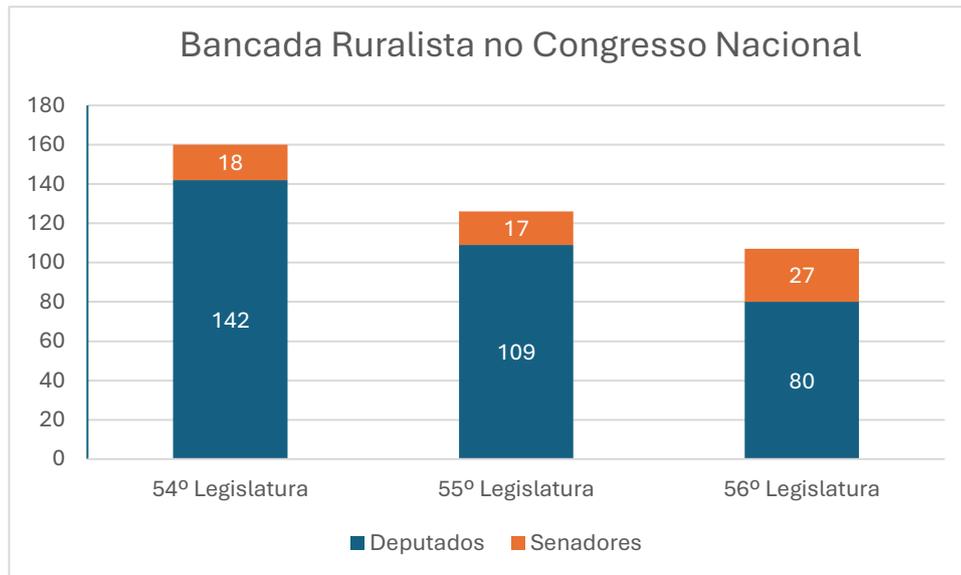
É crucial, porém, observar que as assinaturas da FPA não necessariamente indicam uma adesão irrestrita do político às posições da bancada em todas as suas manifestações. Ao contrário, tais assinaturas evidenciam uma convergência de interesses, seja por motivos eleitorais, ganhos políticos ou afinidade com as pautas ruralistas, resultando em benefícios ao fazer parte da FPA. Observando esse contexto, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2018, p. 101) procura

“classificar como integrante da bancada ruralista o parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou atuando na área do agronegócio, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários e comissões, como também em entrevistas à imprensa em outras manifestações públicas”

Logo, a representatividade da bancada informal levantada pelo Departamento, como demonstra a Figura 2, segue tendência de queda desde seu ápice em 2011, quando atingiu 160

ruralistas, seguindo para 126 na legislatura seguinte e 107 em 2019, com aumento de 10 senadores ruralistas e decréscimo de 29 deputados. Enquanto o Observatório de Olho nos Ruralistas (CASTILHO, 2022) apontou 52 parlamentares centrais para a articulação da bancada, ou seja, o núcleo duro de atuação da FPA.

*Figura 2: Tamanho da Bancada Ruralista no Congresso Nacional*



*Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base nos dados do DIAP (2018)*

Essa evidente contradição à primeira vista entre o crescimento de assinaturas da FPA na Câmara e o decréscimo de ruralistas, denotando uma divergência entre aqueles que são declaradamente ruralistas e os membros da Frente Parlamentar, é explicado por Barcelos e Barriel (2009, p.17) pelo

“[...] seu poder de articulação e mobilização de outras bases ou bancadas políticas. Em momentos de decisão política, de encaminhamentos formais, de formulação de leis, decisões em comissões ou de votação decisória em plenário, os parlamentares ruralistas se valem pelo lobby e pela troca de favores e benefícios a partir de uma rede de interesses amarrada pelas elites no Congresso Nacional. Seus laços de cooperação e reciprocidade a outras bancadas políticas sustentam sua vitalidade e confiança institucional. Sua alta capilaridade política, não se faz pelo número absoluto de seus parlamentares, mas na habilidade de construir novas alianças, novas relações institucionais e novos códigos de conduta e fidelidade a outras bancadas ou grupos de interesse. Sua aproximação com diferentes partidos não é a ausência de ideologia, mas um diferencial político, uma estratégia de convencimento e simpatia, uma forma de ilustrar sua “sensibilidade” frente às diversas questões de seu interesse. Historicamente suprapartidária, a Bancada Ruralista é capaz de se identificar com inúmeras questões temáticas para garantir sua diversidade e sua perene habilidade de pressionar o Congresso Nacional.”

Assim, o caráter suprapartidário e capacidade de composição com diferentes grupos de interesse dentro do Congresso Nacional aumentam o alcance das pautas ruralistas e seus interesses, a partir de uma estratégia de “representação partilhada” (SIMIONATTO; COSTA 2012,). Não obstante, a Frente Parlamentar é composta por 20 partidos (Câmara dos Deputados, 2024) e partilha de interesses em composição com grupos de interesse como as de Segurança Pública e Evangélicos, informalmente conhecidos como bancada da bala e da bíblia, as quais também ganharam papel de relevância dentro do governo Bolsonaro (CASTILHO, 2022; DIAP, 2018). Nesse arranjo, por conseguinte, os parlamentares ruralistas representam diferentes causas que abrangem interesses amplos para além do campo, como a defesa da propriedade privada e o direito de porte de armas, tornando sua dimensão política bem maior que o número total de congressistas (SIMIONATTO; COSTA, 2012). Este cenário sublinha a capacidade significativa da FPA em alcançar e mobilizar politicamente as suas pautas. A participação de 49% dos parlamentares membros da bancada, aliada à capacidade de ocupar espaços políticos e influenciar debates, consolida a FPA como um poder relevante no Congresso.

Desse modo, o poder político da Frente Parlamentar da Agropecuária dentro do governo Bolsonaro torna seus interesses centrais na elaboração de políticas públicas. Essa capacidade reflete, portanto, na política externa do governo, sendo o agronegócio ator influente no comércio exterior e na economia nacional. O número abrangente de parlamentares e o alinhamento da bancada com o executivo possibilitam à frente parlamentar exercer papel ativo dentro das relações exteriores, seja no exercício de pressão, seja na atuação junto ao Ministério das Relações Exteriores. A próxima sessão, por conseguinte, explorará essa atuação da FPA com o Itamaraty na chamada “Diplomacia do Agronegócio”.

### 3.2. DIPLOMACIA DO AGRONEGÓCIO: O AGRO NO ITAMARATY

Explicitando a importância de discutir e entender a abrangência e poder da Frente Parlamentar da Agropecuária dentro do Congresso Nacional, especialmente durante o governo Bolsonaro, quando expandiu suas capacidades de atuação, se faz necessário entender também a relação da bancada com a política externa. Esta é considerada pelo presente trabalho como política pública, e, portanto, infere-se a interferência e participação de atores internos dentro das instâncias de decisão, ou seja, os interesses do agronegócio nas pautas de relações internacionais representadas pela FPA.

Destarte, vale-se da relação dos ruralistas com o Ministério das Relações Exteriores e o Itamaraty, a qual se faz presente a partir do projeto do ministério nomeado de “Diplomacia do Agronegócio”, a qual se insere na nova política externa brasileira instaurada pelo então chanceler Ernesto Araújo. Esta foi apresentada no seminário de mesmo nome promovido pela FUNAG em 13 de junho de 2019 no palácio do Itamaraty, na qual foram explicitados os objetivos, estrutura e desafios da Política Externa com a nova orientação. Nela estavam presentes o então Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária Deputado Alceu Moreira, a Superintendente de Relações Internacionais da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Lígia Dutra, entre Secretários de Comércio e Relações Exteriores do MRE e do MAPA, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) Contra-Almirante Sérgio Ricardo Segovia Barbosa, entre embaixadores e diplomatas.

A principal iniciativa da diplomacia do agronegócio celebrada foi a criação do Departamento de Promoção do Agronegócio (DPAGRO) dentro do Itamaraty, pelo Decreto Nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019, com o objetivo de tratar das demandas do setor com maior atenção e centralidade nas ações do MRE. Ao apresentar as iniciativas do ministério, o embaixador Ernesto Araújo diz que “é um projeto que já alimentávamos há algum tempo, junto com o deputado Alceu Moreira e toda Frente Parlamentar da Agropecuária (FUNAG, 2019), afirmando também que o ministério daria atenção especial ao setor, devido à sua importância comercial e prioritária na política externa, assim como considera a FPA como parceiro decisivo e o “coração pulsante” da diplomacia do agro.

O chanceler então explica que já na transição de governo começou a montar o programa em conjunto com a bancada, com o objetivo de assimilar suas demandas do agronegócio dentro da política externa, alinhado com a nova filosofia do Itamaraty, definida por Araújo (FUNAG, 2019), como “mudança horizontal de mentalidade”, ou seja, as demandas e interesses do setor produtivo se acomodavam de acordo com o plano de governo, de modo verticalizado, e, portanto, a PE passa a refletir os interesses dos setores, trazendo o Itamaraty para próximo do setor privado e realizando a política externa a partir de suas demandas, o que reflete uma prioridade do agronegócio se sobrepondo aos interesses, por vezes divergentes, de outros setores (MADUREIRA, 2020). Mentalidade também presente na contribuição do presidente da Frente ao comentar a diplomacia do agronegócio enquanto “uma caminhada que sai do ambiente intervencionista, paternalista, e vai construir o ambiente de consensos em torno

da sociedade de cooperação empreendedora” (FUNAG, 2019), retratando, pela visão dos ruralistas, a diferença dos governos precedentes e o de Bolsonaro através do espaço de concessão pelos interesses do setor.

A diplomacia do agronegócio possui três principais vertentes, são elas a Promoção Comercial, Negociação de Acordos Comerciais e Monitoramento de Barreiras, e a Promoção da Imagem do Agronegócio (FUNAG, 2019). Na primeira dimensão, busca-se “o posicionamento do país nas negociações internacionais e acordos comerciais” (RIBEIRO, 2019) através, por exemplo, dos setores de promoção comercial (SECOMs), participação em feiras internacionais e pela atuação da Apex-Brasil na promoção das exportações, atração de investimentos e apoio na internacionalização de empresas, com enfoque no setor do agronegócio. (FUNAG, 2019)

Quanto aos acordos internacionais, destacam-se os esforços na negociação do acordo do Mercosul e União Europeia, no qual consta a revisão por parte do Brasil de suas “linhas vermelhas” (FUNAG, 2019), o que se subentende pela proteção de outros setores, como industrial, o qual será aprofundado mais adiante. Também se encontra interesse pelas negociações de acordos com EFTA, Canadá, Singapura e Coreia do Sul. Além disso, a Diplomacia do Agro busca nesse escopo o monitoramento de barreiras não tarifárias, especialmente, barreiras fitossanitárias, através das negociações dentro da OMC, pelo Órgão de Solução de Controvérsias, e negociações bilaterais, para maior abrangência do mercado agrícola brasileiro. No âmbito da OMC também ocorre a negociação de inclusão da regulamentação dos subsídios agrícolas, aproveitando o interesse dos países nas tratativas do setor industrial, tendo o Brasil copatrocinado 5 documentos sobre o tema no Comitê de Agricultura e obteve o êxito pela inclusão do setor no programa de trabalho no Grupo de Ottawa (MRE, 2020).

No balanço de 18 meses da DPAGRO (MRE, 2020, p. 11), é ressaltado o alinhamento do MRE com o setor privado e com a bancada ruralista para execução dos projetos ligados aos interesses do setor:

“Outra iniciativa digna de nota foi a série de diálogos realizados com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) sobre temas relevantes no ambiente externo, que incluiu debates sobre promoção e política comercial do agronegócio brasileiro na China, a promoção da imagem e da sustentabilidade do agronegócio brasileiro, o Mercosul, meio ambiente e a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC).”

Celebra-se, porquanto, a tramitação de mais de 5.200 documentos junto ao MAPA para remoção de barreiras comerciais e abertura de mercados, e a maior participação da PEB nos Comitês de Agricultura e de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da OMC, que discute regras para entrada de produtos agrícolas nos países membros. Para essa métrica de maior participação no órgão, o Itamaraty pontuou o aumento de questionamentos, por reunião na ordem de 6 por reunião, em oposição à média de 1,2 dos últimos 8 anos no primeiro órgão, e de 1,75 contra 0,4, no segundo. Essas métricas de tramitação de documentos e perguntas feitas nos comitês não são exploradas mais a fundo nos documentos disponibilizados pelo governo, mas são utilizadas como índices de participação mais ativa e esforços do MRE no tema (MRE, 2020).

Por fim, está o último eixo da Diplomacia do Agronegócio, a Promoção da Imagem do setor no plano internacional. Esta se deve à imagem negativa que o Brasil, e o agronegócio, obtiveram no exterior em relação à preservação do meio ambiente, na qual o setor seria responsável pelo aumento do desmatamento florestal para aumento da área produtiva. O objetivo do MRE, portanto, não é apenas combater este imaginário considerado distorcido pelo ministério, mas sim realizar a divulgação de uma imagem positiva e sustentável do agronegócio baseada em

“informações atuais e atualizadas sobre temas de interesse da opinião pública internacional, tais como sustentabilidade das cadeias produtivas brasileiras, o aprimoramento do registro de defensivos agrícolas no Brasil, a tecnologia empregada no campo e o papel socioeconômico desempenhado pela agropecuária” (MRE, 2020, p.05).

Em complemento, o Embaixador Norberto Moretti (FUNAG, 2019) acrescentou que a estratégia do DPAGRO “não é um exercício de produzir informação chapa branca para enganar alguém, mas de correção de informações mentirosas” a partir da mobilização de canais institucionais de postos no exterior para a divulgação de mídia correta sobre o agronegócio, antecipando o prejuízo das informações negativas. O Relatório de gestão do Exercício do MRE de 2022 aponta que, para este fim, instruiu os postos no exterior a notificar e responder à cobertura midiática negativa do país no exterior, apontando que

“dentre as centenas de notícias indicadas pelos postos, 525 foram identificadas como cobertura negativa de impacto contra o agronegócio brasileiro, sendo as principais praças de cobertura negativa do Brasil o Reino Unido (100 notícias), a França (71), a Alemanha (60), a Itália (50) e os EUA (30)” (MRE, 2022, p. 92)

Desse modo, a estratégia adotada pelo governo na promoção da imagem do agronegócio e defesa do Brasil no tema ambiental faz-se presente em diversas manifestações do Itamaraty. Declarações como a do chanceler Ernesto Araújo em reunião ministerial informal da OMC demonstram essa estratégia: “a produção agrícola brasileira é a mais sustentável do mundo, e que nosso compromisso com essa sustentabilidade é inabalável.” (MRE, 2019 p. 28). Também visível em entrevista para o Valor Econômico, após 100 dias de governo, quando afirmou que o governo é “contra os foros de Meio Ambiente para justificar o protecionismo contra a agricultura brasileira, ou ainda o uso de vários foros para proibir a exploração legítima e sustentável dos recursos naturais que pertencem ao povo brasileiro” (MRE, 2019, p. 187).

O Presidente da FPA, o Deputado Alceu Moreira, ao comentar sobre este tema no Seminário “Diplomacia do Agronegócio” na FUNAG, ressaltou que

“As opiniões que se tem sobre o Brasil fora dele, e até dentro, são, normalmente, fruto de uma estratégia de mercado. Não perceber isso, seria como um quase exercício de ingenuidade. Quando alguém diz que nós estamos desmatando o Brasil, ele está dizendo que quer que o Brasil continue mata, para não ser competidor dos seus mercados. [...]. Não é por acaso que alguém financia ONGs de qualquer natureza ideológica - aqui, por acaso da esquerda - mas pouco importa o prisma ideológico. Eles querem, na verdade, usar como instrumento. [...]. São eles que fazem a imagem ruim do Brasil lá fora, e é propositada, porque isso nos tira a capacidade produtiva, nos tira o espaço de competidor. Não podemos nos comportar como passivistas neste processo, precisamos ser absolutamente agressivos. Porque estamos a cavalo na verdade, se falar a verdade sobre o Brasil é o suficiente para conquistarmos os mercados do mundo. Que impere a verdade, mas que ela chegue em todos os fóruns internacionais pelas nossas embaixadas” (FUNAG, 2019)

Na abertura da 74<sup>a</sup> Assembleia Geral da ONU, o presidente Jair Bolsonaro, em alinhamento com a diplomacia do agronegócio afirmou que a Amazônia permanece praticamente intocada, atribui a culpa por queimadas aos povos indígenas e comunidades locais, acusa a mídia internacional por ataques sensacionalistas e mentirosos e defende o agronegócio enquanto sustentável é essencial para alimentação do mundo (PLANALTO, 2021). Esse discurso também se faz presente no seu discurso de abertura da 75<sup>a</sup>, 76<sup>a</sup> e 78<sup>a</sup> Assembleia Geral da ONU, seguindo o protocolo de propaganda do agronegócio como produtor do alimento para o globo, ataque à mídia internacional e promoção da imagem sustentável do país e do setor.

Siebeneichler (2021) argumenta que a estratégia de discurso do governo de apresentar o país como vítima de desinformação e o discurso ambiental como maneira de prejudicar o Brasil e manchar sua imagem é de cunho político, porém a maneira de Bolsonaro pregar o negacionismo ambiental acabam por surtir efeito negativo na sociedade internacional quando a narrativa é posta em frente às políticas ambientais propostas pelo governo e os dados de

desmatamento. De acordo com a plataforma Terra Brasilis do INPE (2024), o primeiro ano do governo Bolsonaro apresentou aumento de 34% na taxa de desmatamento da Amazônia Legal em relação ao ano anterior com 10.129 km<sup>2</sup> desmatados. A média dos 4 anos de governo foi de 11403 km<sup>2</sup> desmatados por ano, com um pico de 13038 km<sup>2</sup> em 2021, o que representa uma taxa 60% mais alta que a média da legislatura anterior.

Diante das três vertentes principais que norteiam a Diplomacia do Agronegócio, Madureira (2020), analisa que no primeiro eixo, a Promoção Comercial, apresenta aumento da influência do agronegócio apenas quantitativamente, sem diferenciação na condução das políticas públicas em relação a governos anteriores. Entretanto, foi observado que o segundo e terceiro eixo, os Acordos Comerciais e a Promoção da Imagem do Agronegócio, respectivamente, apresentaram uma mudança na influência do setor de modo quantitativo e qualitativo. Isso se deve pelos maiores esforços do MRE em seguir com acordos comerciais e se mobilizar na OMC e nas SECOMS priorizando os interesses do agronegócio. O setor é posto como prioridade, acima dos interesses econômicos de outros setores da sociedade, como os industriais, o que demonstra uma alteração qualitativa da condução da PEB frente aos governos anteriores, onde se notava um maior equilíbrio.

Exposto a formulação da “Diplomacia do Agronegócio” pelo Itamaraty em conjunto com a Frente Parlamentar da Agropecuária, exaltando caráter exclusivista do setor nas ações do Executivo, a próxima seção tratará da atuação dos parlamentares dentro do Legislativo, notadamente nas Comissões de Relações Exteriores, onde a FPA possui capacidade de articulação política, exercício de pressão e diplomacia parlamentar.

### 3.3. ATUAÇÃO DA BANCADA RURALISTA NAS COMISSÕES DE RELAÇÕES EXTERIORES

Expostos os esforços investidos pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Itamaraty em realizar a política externa em alinhamento com interesses do setor do agronegócio, e, conseqüentemente, da FPA, faz-se necessário também discorrer sobre a atividade dos congressistas frente à política externa no seu escopo de atuação dentro do poder legislativo: as comissões temáticas do parlamento. Estes são espaços dedicados ao debate e votação de propostas legislativas relacionadas ao tema, com sua composição parlamentar renovada a cada ano. Nas comissões, congressistas também

“[...] emitem pareceres sobre as propostas antes que sejam votadas pelo Plenário; ou votam as propostas em caráter conclusivo, aprovando-as ou rejeitando-as, sem a necessidade de passagem pelo Plenário da Casa. Na ação fiscalizadora, as comissões atuam como mecanismos de controle dos programas do Poder Executivo” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024)

Desse modo, propõe-se analisar a atuação dos parlamentares membros da FPA dentro das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional na Câmara dos Deputados (CREDN) e no Senado (CRE), tendo em vista a estratégia dos ruralistas de instrumentalização do Estado a partir da ocupação de espaços como Ministérios e Comissões (BARCELOS, BARRIEL, 2009), controlando, assim, as pautas e as políticas públicas a serem aprovadas ou descartadas.

Primeiramente, deve-se compreender os escopos de atuação das comissões, a fim de analisar a capacidade da frente parlamentar em atuar na política externa e imprimir seus interesses dentro do legislativo.

Logo, cabe à CREDN as seguintes atribuições:

- a) relações diplomáticas e consulares, econômicas e comerciais, culturais e científicas com outros países; relações com entidades internacionais multilaterais e regionais;
- b) política externa brasileira; serviço exterior brasileiro;
- c) tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa;
- d) direito internacional público; ordem jurídica internacional; nacionalidade; cidadania e naturalização; regime jurídico dos estrangeiros; emigração e imigração;
- e) autorização para o Presidente ou o Vice-Presidente da República ausentar-se do território nacional;
- f) política de defesa nacional; estudos estratégicos e atividades de informação e contra-informação;
- g) Forças Armadas e Auxiliares; administração pública militar; serviço militar e prestação civil alternativa; passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional; envio de tropas para o exterior;
- h) assuntos atinentes à faixa de fronteira e áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional;
- i) direito militar e legislação de defesa nacional; direito marítimo, aeronáutico e espacial;
- j) litígios internacionais; declaração de guerra; condições de armistício ou de paz; requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
- m) outros assuntos pertinentes ao seu campo temático; (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1989, p. 30; 2019)

Já no Senado, compete à Comissão a emissão de pareceres sobre assuntos ligados às relações internacionais, como comércio exterior, atos do MRE e indicações de diplomatas para

missões, participação em comissões e realização de audiências públicas com o MRE. (BRASIL - RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970).

Diante do vasto escopo de atuação das comissões, é crucial entender a presença ruralista para compreender o engajamento dos parlamentares na formulação da política externa, por serem os espaços dedicados à mobilização de debates, fiscalização e participação do Legislativo na condução da política externa do país.

Ribeiro (2016), ao explorar a influência do agronegócio na Política Externa Brasileira durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2010, procura verificar o grau de participação da Bancada Ruralista na política externa a partir do levantamento de participação e atuação dos membros da FPA na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN), recuperando, assim, a importância da comissão permanente no Congresso para definição e condução da agenda internacional pelo Executivo. A autora expõe que há um aumento da presença da frente parlamentar na comissão, apesar de muito pequeno, e conclui pelo seu baixo interesse de integrar os assuntos internacionais por esta via, preferindo a ação por meio de grupos de pressão.

Larissa Cicedi (2019) dá continuidade ao levantamento a partir do trabalho de Renata Ribeiro (2016), demonstrando a tendência de crescimento da participação da FPA nos anos seguintes, ou seja, um interesse crescente dos ruralistas pela atuação na política externa através da Comissão Parlamentar.

Dessa forma, o presente trabalho procura demonstrar essa tendência dentro do escopo temporal do Governo Bolsonaro dentro da CREDN e na CRE, visto o crescimento expressivo da bancada ruralista na casa e o critério de preenchimento de vagas com base no princípio da proporcionalidade partidária. Este levantamento está presente na Tabela 3, as quais ilustram o interesse da FPA na configuração da Política Externa Brasileira pela participação dos membros da bancada nas comissões permanentes, respectivamente.

*Tabela 3: Participação da FPA nas Comissões de Relações Exteriores*

		FPA	Total	Taxa FPA
CREDN	2019-2020	39	76	51%
	2021	37	74	50%
	2022	35	70	50%
CRE	2019-2020	15	36	42%
	2021	14	37	38%
	2022	10	34	29%

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base nos dados da Câmara dos Deputados e Senado (2024)

Observa-se, assim, uma representação significativa da FPA em ambas as comissões. A CREDN apresenta uma constância de 50% de presença da bancada ruralista durante toda a 56ª Legislatura. A CRE, por outro lado, demonstra uma variação de 40% a 30% de ocupação por membros da FPA durante os 4 anos de governo, com seu último ano no menor percentual, de 29%. Isto se deve, em parte, à presença expressiva da Frente Parlamentar no Congresso, o que se reflete também nas comissões, porém também vale ressaltar que o número de parlamentares da FPA nas Comissões nas legislaturas anteriores era significativamente menor, variando entre 20% e 34% na CREDN nas últimas duas legislaturas, enquanto possuía presença de 37% a 45% na Câmara. Na CRE, a presença ruralista era entre 5 e 11% de membros da FPA na comissão entre 2010 e 2014, devido à disponibilidade de dados.

Logo, isto representa um aumento expressivo frente aos anos precedentes, como apontado por Ribeiro (2016) e Cicedi (2019), quando esta ocupação da CREDN variava na margem de 10% da comissão durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2011 atingiu patamar de 1/3 da comissão, com 23 dos 62 deputados, partindo para uma baixa em 2015, com 17 de um total de 65, o que demonstrava um relativo desinteresse dos ruralistas na comissão dentro deste período.

Além disso, é relevante salientar a ocupação contínua dos cargos de presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no Senado por membros da Frente Parlamentar ao longo de todo o mandato, com a única exceção de aproximadamente dois meses, período em que a senadora suplente Margareth Buzetti (PP-MT) assumiu interinamente

(Borges, 2022). Durante o primeiro biênio, o cargo foi ocupado por Nelsinho Trad (DEM-MS, atualmente no PSD), seguido por Kátia Abreu (PP-TO, atualmente sem mandato) no segundo biênio, ambos apontados como ruralistas pelo DIAP (2018). Em seu mandato, Kátia Abreu, que foi Ministra da Agricultura no segundo governo Dilma Rousseff (2014-2016), presidente da Frente Parlamentar em 2003 e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no triênio de 2008 a 2011, advogou pelo prosseguimento do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, de interesse dos ruralistas (Cunha, 2021). No entanto, seu período no cargo foi interrompido devido ao afastamento da senadora para concorrer nas eleições de 2022, sendo substituída por Buzetti (PP-MT) e posteriormente por Espiridião Amin (PP-SC), também membro da Frente Parlamentar e defensor declarado das pautas ruralistas. (CRE, 2023; DIAP, 2018)

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), observa-se uma situação semelhante, com a presidência exercida pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP, atualmente no PL), integrante da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e apontado pelo DIAP (2019) como integrante das Bancadas Evangélicas e da Segurança Pública, ou seja, embora não esteja alinhado com todas as pautas da bancada, o deputado buscava apoio político do setor e, portanto, se configura como aliado (Ruralistas, 2022), permanecendo à frente da comissão nos anos de 2019 e 2020. Em decorrência da pandemia de Covid-19, a comissão reduziu suas atividades, e o deputado manteve-se no cargo (MACEDO, 2020). No ano de 2021, foi sucedido por Aécio Neves (PSDB-MG), também membro da bancada ruralista, e, finalmente, em 2022, Pedro Vilela (PSDB-AL) assumiu a presidência, sendo o único não membro da bancada a ocupar tal posição durante a 56ª legislatura (CREDN, 2023).

A Frente Parlamentar não apenas ocupa os espaços de debate na política externa brasileira, mas também o decisório, quando ocupa a presidência das comissões durante o governo Bolsonaro, o que Bachrach e Baratz (2011) chamam de “face invisível do poder”, que consiste na capacidade de decidir, controlar e/ou moldar as pautas das discussões postas, ou seja, de manipular os vieses o que é discutido na sociedade, impedindo que temas potencialmente perigosos para seus interesses e perspectivas sejam objeto de discussão e deliberação pública.

Para além desta ocupação das comissões de ambas casas do Congresso Federal, a bancada também apresenta alto grau participativo como demonstram as Tabela 3, o que é medido através dos requerimentos dos parlamentares apresentados nos Relatórios das

Comissões, como proposto por Ribeiro (2016), como meio de demonstrar a mobilização da bancada dentro da comissão, por meio da proposta de audiências públicas e discussões temáticas, o que os possibilita direcionar as ações da comissão ao seu interesse ou evitando temas considerados perigosos.

*Tabela 4: Requerimentos da FPA nas Comissões de Relações Exteriores*

		FPA	Total	Taxa FPA
CREDN	2019	66	148	45%
	2020	3	5	60%
	2021	40	85	47%
	2022	9	39	23%
CRE	2019	54	82	66%
	2020	11	27	41%
	2021	21	25	84%
	2022	10	19	53%

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base nos dados da Câmara dos Deputados (2024)

Apesar da reduzida atividade parlamentar em 2020, impactada pela pandemia de COVID-19, os requerimentos apresentados pelos membros da Frente Parlamentar da Agropecuária ao longo dos quatro anos analisados representam, em média, metade de todos os requerimentos apresentados. No Senado, destaca-se um pico de 84% na taxa de requerimentos durante o ano de presidência de Kátia Abreu, quando foram promovidos debates e audiências públicas sobre o agronegócio (CRE, 2023). No âmbito da Câmara, excluindo o ano de 2020, as presidências da bancada resultaram em uma participação em torno de 45%. É notável, porém, a baixa participação da FPA, em comparação com anos anteriores, durante a presidência de Pedro Vilela, que alcançou 23%, representando 9 dos 39 requerimentos no total. Este dado destaca a importância não apenas da Frente ocupar as comissões, mas também de consolidar sua presença em espaços de poder capazes de conduzir e abrir caminho para suas pautas de interesse.

Dessa forma, é possível identificar um comportamento mais ativo da Frente Parlamentar da Agropecuária frente aos anos anteriores na pauta da política externa ao assumir uma presença robusta nas comissões temáticas. Essa participação maciça permite à FPA definir as agendas de debate e desempenhar um papel ativo por meio de requerimentos, evidenciando seu interesse na direção e controle das temáticas discutidas. Mesmo quando as questões em pauta não se alinham integralmente à agenda ruralista, é notável a atenção dada à condução da política externa, destacando-se também importância de decisão quanto às pautas discutidas, reduzindo o escopo de ação das comissões à temas de interesse ou relevância para a frente, exercendo, então, a face invisível de poder (BACHRACH, BARATZ, 2011).

Porém ainda não é possível definir claramente o interesse da bancada ruralista na condução da PE, logo torna-se necessário examinar qualitativamente como ela reage à política externa promovida pelo Executivo. Nesse sentido, propõe-se a exploração de três temas de relevância nas relações internacionais durante o governo Bolsonaro, que evidenciam a postura adotada pela FPA. Essa análise inclui tanto o interesse pela fiscalização da PE, conforme evidenciado por Spohr (2020), ao interferir "ex ante ou ex post na produção de política externa" (BOARIN e RESENDE, 2018, p. 217), quanto a condução ativa dessa política, muitas vezes em paralelo ao Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de moderar a política externa do país aos seus interesses. Os temas a serem explorados são a relação Brasil/China, o Acordo Mercosul/UE e o posicionamento brasileiro em relação ao conflito Rússia/Ucrânia.

### 3.3.1. ACORDO COMERCIAL MERCOSUL/UNIÃO EUROPEIA E A QUESTÃO AMBIENTAL

Antes de ser assinado pelo governo Bolsonaro, no primeiro semestre de 2019, as negociações do acordo comercial da União Europeia com o Mercosul remontam duas décadas. Seu início data em 1999 durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) diante da política de regionalismo como meio para alcançar a autonomia do país no plano internacional, o que posicionou o Mercosul como espaço de reafirmação dessa autonomia, possibilitando ao país participar ativamente nas negociações internacionais (VIGEVANI, 2003). Nesse período o Brasil passava por uma onda neoliberal, caracterizada pela abertura comercial, privatização de estatais e negociação de acordos comerciais. A representação pró-liberalização, iniciada por Fernando Collor (1990 - 1992) e continuada por Cardoso, firmaram tanto a criação do Mercado Comum do Sul, em 1991, como o início das negociações com a

União Europeia em 1999, precedido pela assinatura do Acordo Quadro de Cooperação Inter Regional em 1995. (SILVA *et al*, 2019)

Apesar de apresentar continuidade na política externa em vários aspectos do seu predecessor, sob o governo Lula o avanço das negociações se deu de forma mais lenta e interrompida devido à uma compreensão de que o acordo era assimétrico e apresentava desvantagens para países em desenvolvimento, como o Brasil (VIGEVANI, 2007). As negociações também não tiveram grandes avanços durante o governo Dilma Rousseff.

Em 2016, entretanto, ocorreu uma mudança de paradigma para retomada das negociações: o impeachment da presidenta e a ascensão de Michel Temer (2016-2018) à presidência, somada a Mauricio Macri na Argentina. Este contexto foi visto como oportuno para o avanço da agenda do acordo. Na administração do emedebista, o andamento das negociações com a UE foi priorizado, porém a questão agrícola ainda se punha como impasse, principalmente quanto às cotas da carne e do etanol. (SILVA *et al*, 2019)

Silva *et al* (2019) argumenta que no decorrer das duas décadas de negociação do acordo, a estrutura produtiva brasileira passou por mudanças importantes na direção de uma desindustrialização e maior participação de produtos primários na pauta exportadora e na composição do PIB do país. A reprimarização da pauta exportadora, portanto, reflete na posição brasileira dentro das negociações, uma vez que os atores internos ligados à produção agrícola ganham maior peso político frente à classe industrial, o que se soma a uma “maior capacidade de coordenação da ação coletiva do agronegócio nos temas caros à política internacional, inclusive no que diz respeito às negociações Mercosul-UE”. (SILVA *et al*, 2019, p. 27).

O setor do agronegócio e o governo Temer esperavam por uma oferta de maior acesso ao mercado europeu para produtos agrícolas, frente a flexibilizações feitas na propriedade intelectual, nas compras governamentais e na entrada de bens industrializados no Mercosul, como a proposta de redução de 50% das tarifas para carros europeu, os quais eram temas relevantes à indústria nacional. Entretanto, as expectativas foram frustradas por uma maior resistência por parte dos europeus nos temas agrícolas. (SILVA *et al*, 2019)

A assinatura do pré-acordo da parte comercial pelo governo Jair Bolsonaro ocorreu em 28 de junho de 2019 sem alterações das negociações feitas na administração anterior. Vale notar que se trata de um acordo de associação, ou seja, ele também contempla cooperação em outras

áreas, como social e ecológica, sendo, portanto, a parte comercial a primeira parte do acordo. A segunda foi acordada em 18 de junho de 2020.

### Sobre a questão ambiental, o acordo procura

“[...] ser uma alavanca chave para acelerar a transição verde nos países parceiros do Mercosul inclusive facilitando a transferência de tecnologias verdes e promovendo cadeias de valor sustentáveis entre nossas regiões. O acordo prevê inúmeros espaços para diálogo estruturado entre ambas as regiões, envolvendo uma ampla gama de atores, incluindo associações empresariais e sociedade civil. Portanto, o acordo será um dos principais habilitadores para projetar os objetivos do Pacto Verde Europeu em nossas relações com o Mercosul.” (MALAMUD, 2022, p. 10, tradução nossa)

Neste período, as queimadas que ocorriam na Amazônia e o discurso anti ambientalista do presidente brasileiro ganharam notoriedade internacional. (BRAZIL, 2020). A sociedade civil e ONGs, como a Greenpeace, criticaram o acordo político por ser muito brando e pouco incisivo com os latinos-americanos, enquanto chefes de estado europeus demonstraram descontentamento com a política ambiental brasileira. O presidente francês Emmanuel Macron acusou o Brasil de não cumprir com a proteção da floresta amazônica e ameaçou vetar o acordo, o que gerou reações do presidente Bolsonaro, enquanto a chanceler alemã Angela Merkel demonstrou preocupação com o avanço do acordo devido ao desmatamento na Amazônia. (MALAMUD, 2022; KEATING, 2019; MERKEL, 2020)

Dentro deste contexto, a ratificação do acordo foi frustrada devido à adoção, pela União Europeia, de uma resolução do acordo comercial por uma cláusula ligada à preservação do meio ambiente e aos direitos trabalhistas.

### A resolução declara que o parlamento europeu considera

“[...] que o acordo de associação entre a UE e o Mercosul representa o maior acordo "bloco a bloco" do seu tipo e tem o potencial de criar uma área de mercado aberto mutuamente benéfica que abrange aproximadamente 800 milhões de cidadãos; destaca que este acordo, como todos os acordos comerciais da UE, deve garantir uma concorrência justa e garantir que os padrões e métodos de produção europeus sejam mantidos; ressalta que o acordo contém um capítulo vinculativo sobre desenvolvimento sustentável que deve ser aplicado, implementado e totalmente avaliado, bem como compromissos específicos sobre direitos trabalhistas e proteção ambiental, incluindo a implementação do acordo climático de Paris e as regras de implementação relevantes; enfatiza que o acordo UE-Mercosul não pode ser ratificado como está”.(MALAMUD, 2022, p. 18, tradução nossa)

A imagem internacional do país e do agronegócio na questão ambiental foi afetada pelo desmatamento e pelas políticas ambientais do governo, tendo em vista a divergência de

interesses entre ambientalistas e ruralistas e correlação entre a ampliação da produção do agronegócio, como a soja, e o agravamento do desmatamento, como aponta Rajão et al (2020, apud MADUREIRA, 2022).

Scatimburgo (2018) chama atenção para o “Efeito Bolsonaro” no aumento do desmatamento, devido à expectativa, ainda no período eleitoral, de flexibilização das políticas de preservação ambiental e desmonte das agências de controle e fiscalização. Esse fenômeno reflete na imagem de representação do presidente na defesa das pautas anti-ambientalistas e favoráveis ao agronegócio, evidente em seus pronunciamentos e formação de alianças, reforçando também o estigma internacional do país no tema meio ambiente.

Frente a esses desafios, ocorreu uma mobilização tanto do setor privado quanto de parlamentares interessados na conclusão do acordo para melhorar a imagem do país na pauta ambiental, como visto na política de promoção da imagem do agronegócio dentro da diplomacia do agronegócio promovida pelo Itamaraty junto à FPA. O agronegócio tornou-se central neste enfrentamento, tendo em vista que era a maior beneficiária das políticas de desregulamentação do governo, logo, a frente parlamentar da agropecuária demonstrou esforço na mudança da imagem do setor internacionalmente e se mobilizou frente à conclusão do acordo.

Nestes esforços, a participação da ruralista Kátia Abreu foi central. A então senadora presidiu a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) de 2008 até 2016, quando foi nomeada para o Ministério da Agricultura no governo Dilma Rousseff. Durante este período, advogou pela continuidade das negociações do acordo em favor do setor agrícola. Em junho de 2023, inaugurou o escritório da CNA junto à União Europeia em Bruxelas, na Bélgica, a fim de reforçar os interesses comerciais do setor na região e participar ativamente das negociações do acordo.

Nesta oportunidade afirmou que

“A conclusão de um acordo de livre comércio com a União Europeia, imprescindível para o agronegócio brasileiro, proporcionará um mecanismo bilateral de facilitação de comércio e cooperação, que vai criar diálogos ainda mais próximos entre o Brasil e a Europa” (SENADORA, 2013)

A ex-presidente do CNA também apontou na época que, dentre as dificuldades para avanço das negociações, estariam a insensibilidade do governo para com o agro e o setor industrial por “barrar a liberalização do comércio com o bloco europeu” (CNA, 2013). Anos

mais tarde, a senadora passou por reclusão dentre os ruralistas devido ao seu apoio a presidenta Dilma durante o processo de impeachment e oposição ao governo Temer, seu co-partidário, o que resultou na sua expulsão do então PMDB. (SENADORA, 2017). Em 2021, voltou a ganhar notoriedade no setor ao apresentar o PL 2159/2021 do Licenciamento Ambiental. No mesmo ano presidiu a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando afirmou em sua posse que

“O grande foco nosso é retornar às negociações da União Europeia-Mercosul, é tentar fazer esse grande bloco, que vai significar um dos maiores blocos do mundo juntando todos os países da Europa e 4 do Mercosul, [...]teve uma interrupção por conta de problemas políticos, mas nós vamos retomar. E eu convoco todos meus colegas do Senado Federal, o Parlamento Europeu é muito importante, ele pode vetar tudo ou abrir tudo. Nós pretendemos ir até a União Europeia falar como parlamento para que as negociações possam ser retomadas.” (SENADO, 2021, transcrição nossa)

Na presidência da CRE, a senadora apresentou requerimento para realização de ciclo de audiências públicas sobre o tema “Acordo de Associação Mercosul – União Europeia: desafios, ratificação e implementação”, mas não foram encontrados registros da audiência.

O Observatório De Olho nos Ruralistas e o Rettet den Regenwald (ACORDO, 2021) alertam para a abertura do mercado nacional para flexibilização da entrada de agrotóxicos produzidos na europa, atendendo os interesses de conglomerados empresariais, como a Bayer e BASF, as quais se situam entre a lista de empresas que financiam indiretamente a Frente Parlamentar da Agropecuária. Essa flexibilização é de interesse da FPA, visto o engajamento da ministra Tereza Cristina e da própria bancada ruralista pelo PL 6299/2002, que revoga da Lei dos Agrotóxicos 7.802/89, visando reduzir a fiscalização do uso e comercialização dos agrotóxicos. (FPA, 2018)

Dentro das Comissões Parlamentares, os parlamentares ruralistas demonstraram interesse em mobilizar o debate frente ao acordo através de audiências públicas. Na Câmara dos Deputados foram realizadas 3 audiências sobre o tema, duas no CAPDR e uma na CREDN, todas resultado de requerimentos de membros da FPA. Na audiência na CREDN datada no dia 30 de abril de 2019, os deputados ruralistas manifestaram preocupação quanto a efetivação do acordo frente às eleições argentinas e saída do Reino Unido da UE, e sobre os benefícios e dificuldades que o setor agropecuário teria com o acordo, enquanto o deputado Alexandre Padilha (PT-SP) se manifestou quanto aos riscos para indústria farmacêutica. Durante a sessão, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), presidente da mesa, ao se referir à abertura comercial, exclamou que

“Nós precisamos participar do mercado enorme que nós temos aí, que é o mercado europeu. Nós temos que abrir o nosso País para a importação e exportação de produtos e serviços da Europa, para que também haja maior oportunidade de melhorar a nossa produtividade.” (CÂMARA, 2019, p.11)

Posteriormente, o deputado pergunta sobre os setores do agro que ganharam com a assinatura do acordo e questiona quanto às dificuldades de alguns produtores. Ele expressa que

“Aqui está um representante do setor do agro que se preocupa muito com essa questão e até me trouxe a informação do custo da produção no Brasil, que ainda não chegou à produtividade que tem a Espanha e a China, a qual detém a maior produtividade nesse setor. E a preocupação dele é justamente aquilo que nós buscamos aqui: abrir o mercado. E é lógico que a abertura de mercado traz esses problemas em alguns segmentos.” (CÂMARA, 2019, p.12)

Na audiência de 20 de agosto de 2019, após a assinatura do acordo comercial, os deputados também questionaram sobre as consequências do acordo, demonstrando apoio e receio quanto a sua real efetivação, além de tecer críticas ao Mercosul e à concorrência latino-americana, devido aos altos custos de produção no Brasil.

Por um lado, o deputado Heitor Schuch (PSB-RS) crítica:

“Alguns dizem: "Foi uma boa negociação". A grande questão é saber para quem: para quem levanta às 4 da manhã, às 5 da manhã para ordenhar vaca, não sei; para quem investiu no setor da uva, do vinho, também não sei. Nossos arroteiros estão praticamente falidos, e não é por não colherem — eles colhem, e muito! Mas a concorrência do MERCOSUL e os altos custos acabaram com eles” (CÂMARA, 2019, p. 13)

Enquanto o deputado Marcelo Brum (PSL - RS) exalta a conquista do acordo:

“Estamos diante de um assunto pertinente. Esta audiência trata de um tema relevante, uma grande conquista deste ano para o Brasil. Os brasileiros devem, portanto, comemorar. Tudo o que foi dito aqui é notório. Nós sabemos da qualidade da produção do setor primário brasileiro, dos produtores rurais. Nós conhecemos os produtores e o setor agrícola-brasileiro. Sabemos da importância que eles têm. Eles são os verdadeiros heróis, os verdadeiros campeões do mundo em produtividade.” (CÂMARA, 2019, p. 15)

Nesta oportunidade, o presidente da FPA, Alceu Moreira (MDB-RS), chamou atenção para a necessidade de proteção dos produtores nacionais, mas também esclareceu a entrada de tecnologia e investimentos para produção brasileira como consequência do acordo, se manifestando favorável a sua concretização. (FPA, 2021)

Esta mesma manifestação dúbia quanto ao acordo, que se mostra benéfica para o agronegócio, porém traz preocupação para alguns produtores específicos, se faz presente em todas as manifestações dos ruralistas nas Comissão, em especial do ramo dos vinhos e lácteos.

A última sendo o tema principal da terceira audiência observada, promovida pela Subcomissão Permanente do Leite, que ocorreu em 29 de outubro de 2019.

Madureira (2023, p. 31) explica que “a transmissão dos interesses objetivos de uma classe em si e a sua defesa por esta elite de classe não se daria automaticamente, existindo sempre algum grau de desajuste e conflito na representação”. Por este motivo os ruralistas agem por meio de mediações de grupos de interesse distintos em uma concertação política, para atingir “uma posição de classe relativamente coesa, expressa pelas principais entidades de representação e figuras públicas ruralistas”, ou seja, por meio de articulações. (MADUREIRA, 2023, p. 83).

Pompeia (2020) aprofunda o argumento pelo *modus operandi* dos ruralistas, por meio da utilização da categoria “agro” como unificador dos grupos distintos dentro da classe produtiva agrária e agroindustrial, o que permite uma posição de negociação e manifestação política privilegiada. Os ruralistas também priorizam temas amplos nas articulações, a fim de mobilizar os interesses divergentes frente a objetivos comuns, estabelecem hierarquias e resolvem conflitos nos bastidores, os quais demonstram união da frente parlamentar na esfera pública, sendo o presidente e/ou representante do grupo que expõe a posição oficial em concerto com os grupos de interesse específicos.

Desse modo, as manifestações dos parlamentares nas comissões refletem a ampla gama de interesses específicos do agronegócio em relação ao acordo Mercosul-UE, como os representantes dos setores vinícola e lácteo. Essa expressão é refletida na representação do presidente da FPA, Alceu Moreira, e da representante do setor, Kátia Abreu, que em concerto político abrangendo o agro brasileiro, demonstra união em favor do acordo, enquanto um tema amplo de interesse comum, a abertura do mercado exterior para exportação, assim como a redução de impostos, que se localiza no centro das críticas dos parlamentares. Também demonstram estar atentos aos prejuízos de setores específicos, porém não se torna o ponto principal das negociações principais, sendo colocado de lado pelos interesses maiores e amplos do agronegócio como um todo.

Diante da exposição, é possível afirmar que não há apenas interesse da Frente Parlamentar do Agronegócio com o acordo Mercosul- União Europeia, mas também aumento de espaço e peso dentro das negociações, ao projetar ganhos frente às flexibilizações no setor industrial. Logo, como aponta Madureira (2023), os parlamentares ruralistas são capazes, a

partir da articulação política junto ao Itamaraty e setor privado, centralizar a PE diante dos seus interesses, instruindo as políticas públicas do MRE para atuação em favor da imagem internacional do setor no tema ambiental.

### 3.3.2. RELAÇÕES BRASIL E CHINA

A China é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009. O país foi o destino de 27,9% das exportações brasileiras no ano de 2019, o que representou 63,6 bilhões de dólares. Os principais produtos comprados pelo país asiático são as commodities brasileiras, principalmente petróleo, ferro e soja. A última, por exemplo, tem 78,4% do seu total exportado direcionado para a China, o que equivale a 20,5 bilhões de dólares para o agronegócio brasileiro (OEC, 2024). A participação majoritária dos chineses no principal produto de exportação brasileiro, somado à importação de outros produtos e na capacidade de investimentos, torna as relações bilaterais Brasil/China um tema de importância ímpar não apenas para a economia brasileira, mas principalmente para os representantes do setor agro.

Diante dessa importância nas relações comerciais do Brasil, esta parte tem o intuito de examinar o conflito da Frente Parlamentar da Agropecuária e do Ministério das Relações Exteriores, na imagem do chanceler Ernesto Araújo, diante do posicionamento negativo do ministro com o país asiático, intensificado com o início da pandemia de covid-19.

Desde a campanha presidencial, o então candidato Jair Bolsonaro já carregava uma pauta anti-China, respaldada por argumentos ideológicos de combate ao comunismo e defesa de pautas conservadoras alinhadas com a administração de Donald Trump nos Estados Unidos, que travava uma Guerra Comercial com o país asiático (SPRING, 2018). Esse enfrentamento teve seu ápice na visita do candidato à Taiwan durante a campanha, o que resultou em uma carta da embaixada chinesa em crítica à ação de Bolsonaro:

“A visita a Taiwan pela comitiva parlamentar chefiada pelo Dep. Jair Bolsonaro constitui uma violação do Princípio de Uma Só China, consenso amplo da comunidade internacional e uma política explicitamente defendida pelo governo e congresso brasileiro. Nesse contexto, esta Embaixada vem por este meio manifestar a sua profunda preocupação e indignação pela referida visita, que não só afronta a soberania e integridade territorial da China, como também causa eventuais turbulências na Parceria Estratégica Global China-Brasil, na qual o intercâmbio partidário exerce um papel imprescindível” (COBRA 2018)

Ferreira et al (2022) comenta que o apoio do setor agropecuário na campanha eleitoral de Bolsonaro foi impulsionado pelas pautas domésticas, como as propostas no âmbito da segurança e fundiária, não da sua posição nas questões de relações exteriores.

Após a sua eleição, Jair Bolsonaro indica para o cargo de chanceler o diplomata Ernesto Araújo, que, apesar de ser aliado aos interesses do agronegócio como visto anteriormente, é um representante da ala ideológica de base de apoio do presidente. Logo no início das atividades como chanceler, Ernesto Araújo (FUNAG, 2019) teceu críticas ao principal parceiro comercial brasileiro e à política exterior de aproximação dos países a despeito de um alinhamento automático com os Estados Unidos praticada anteriormente. O chanceler correlacionou a estagnação da economia brasileira com a parceria econômica chinesa. Ernesto Araújo (FUNAG, 2019) também demonstrou, na mesma fala, a visão do Itamaraty sob sua administração quanto às relações Brasil/China ao afirmar que

“Nós queremos vender, por exemplo, soja, minério de ferro, mas nós não vamos vender a nossa alma. Isso é um princípio muito claro, que nós temos muito presente. Muita gente quer que nós vendamos a nossa alma (e muita gente não acha que nós temos uma alma para vender) e querem reduzir nossa política externa a simplesmente uma questão comercial. Isso não vai acontecer”

Esta fala do recém-empossado chanceler gerou preocupação no setor agropecuário e nos parlamentares da FPA, que se mobilizaram para realizar uma reunião emergencial com o ministro e a frente parlamentar. Sobre o ocorrido, o presidente da bancada, Alceu Moreira (MDB-RS), comentou ao GLOBO (OLIVIEIRA, 2019) que

“Precisamos conversar com o ministro Araújo, para sabermos se o que ele disse é força de expressão e, ao mesmo tempo, deixarmos claro que as relações internacionais são sensíveis. É preciso ter mais cuidado no tratamento desse tema. [...], as relações internacionais são fruto de uma luta de muito tempo, para conquistarmos mercados. Os prejuízos podem ser incalculáveis”

Ainda houveram outros episódios de conflitos entre o chanceler Ernesto Araújo e o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, à exemplo do debate acerca da tecnologia 5G no Brasil em que o deputado Eduardo Bolsonaro afirmou que a China espionaria a população através da empresa Huawei, o que refletiu em resposta do embaixador chinês e tréplica do chanceler brasileiro. (ZARUR, 2021)

Madureira (2023) também pontua o alinhamento do governo com Israel e a proposta de mudança da embaixada para Jerusalém como outro ponto de preocupação dos ruralistas com

o potencial prejuízo que teriam nas exportações para países árabes, que se opõem à proposta do governo. A medida não foi efetivada após pressão da base ruralista.

Diante desses conflitos por parte do chanceler e do presidente da república, a ministra da agricultura e ex presidenta da FPA, Tereza Cristina, passou a cumprir papel de “diplomacia paralela” junto aos países a fim de manter o diálogo e preservar as relações comerciais brasileiras. A ministra realizou agenda de viagens à Ásia em maio de 2019, na qual ela foi acompanhada pelo vice-presidente Hamilton Mourão e um grupo de empresário da agropecuária e deputados (MARCHAO, 2019)

As tensões entre Brasil e China, entretanto, alcançaram seu auge no início da pandemia do coronavírus, em março de 2020. Neste contexto, o enfrentamento com a China por parte do chanceler e da base ideológica do governo, inclusive o próprio presidente e seu filho deputado Eduardo Bolsonaro, intensificou-se devido à compreensão por esta ala do governo de que Pequim seria culpada pela disseminação da doença.

Diante deste cenário, a Embaixada da China no Brasil (2020) publicou a “Carta Aberta à Sociedade Brasileira”, na qual declara:

“Recentemente, constatamos que surgem algumas declarações totalmente infundadas contra a China nas redes sociais, e alguns indivíduos e grupos ignoraram fatos científicos básicos, fabricaram e disseminaram boatos maléficos, incitaram xenofobia e racismo e até espalharam ódio. Suas narrativas absurdas e manejo sujo ultrapassaram os limites éticos humanos e causaram influências extremamente nocivas. Tal prática não apenas difamou a China, mas também feriu o ambiente amistoso entre os dois países, além de poder manchar a boa imagem do Brasil no coração do povo chinês. Repudiamos e opomo-nos veementemente a esses atos imorais e desprezíveis. Acreditamos que quaisquer tentativas de difamar a China e minar a fraternidade China-Brasil, seja quem for o seu autor, seja como for a sua forma, serão fracassadas.”

Seguindo a declaração da China, a FPA (2020) emitiu uma nota oficial em defesa da relação Brasil/China e reiterando repúdio às declarações anti-China:

“A Frente Parlamentar da Agropecuária, composta por quase 300 parlamentares do Congresso Nacional, deseja manter no mais alto nível as relações bilaterais entre Brasil e China, lembrando que declarações isoladas não representam o sentimento da nação ou de qualquer setor. A China é parceira de longos anos do Brasil com quem temos excelente relação comercial e de amizade. Fica aqui também o nosso mais profundo desejo de união para combatermos o novo Coronavírus juntos, sem maiores prejuízos à vida humana e às relações internacionais globais.”

Somada à declaração do presidente da frente parlamentar, o deputado Alceu Moreira reforçou que “não será tolerado nenhum prejuízo à esta relação bilateral e que estaremos prontos

para fazer oposição a qualquer ameaça ao bom relacionamento entre o Brasil e a China, sobretudo numa perspectiva de reaquecimento econômico.” (FPA, 2021)

As tensões perduraram durante a pandemia, o que intensificou o desgaste não apenas entre os ruralistas, mas também os militares e parte da sociedade civil com o ministro Ernesto Araújo, que enfrentava sob sua administração maior isolamento internacional após a derrota de Donald Trump nas eleições americanas.

Em dezembro de 2020, esse descontentamento com o Itamaraty, principalmente entre as bancadas ruralistas e militares, foi materializado na rejeição do Senado à indicação do diplomata Fabio Mendes Marzano para a delegação permanente em Genebra. Marzano ocupava cargo de secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania e era considerado alinhado à Ernesto Araújo. (ERNESTO, 2020)

O indicado pela relatoria do senador Fernando Collor (PROS-AL) foi sabatinado e aprovado com 13 votos favoráveis na Comissão de Relações Exteriores no dia 14 de dezembro. Na ocasião, a senadora ruralista Kátia Abreu o questionou sobre sua posição sobre o acordo Mercosul-União Europeia, o qual se negou a responder. A recusa do diplomata causou revolta na Senadora que afirmou para o presidente da comissão, Nelsinho Trad, que “o Itamaraty de certo está virando uma casa de terrores onde os embaixadores não podem abrir a boca e dar suas opiniões” (SENADO, 2020)

No dia seguinte, a indicação do diplomata foi votada no Plenário do Senado, a qual foi rejeitada por 37 votos contrários, 9 favoráveis e uma abstenção, menos do que os recebidos na CRE.

Durante a votação o senador Major Olímpio (PSL-SP) (SENADO, 2020) se manifestou contra a indicação do diplomata e declarou:

“Se o senado votar com esse cara, nós tamo negando nossa própria existência e nosso respeito a cada um de nós, peço encarecidamente, vamos votar contra, o senado todo [...] ‘ai, mas eu sou do time do chanceler’, pro inferno o chanceler, respeito ao senado e aos senadores, vamos todos votar contra esse cidadão”

Após o encerramento da votação, a senadora Kátia Abreu (SENADO, 2020) também apresentou seu descontentamento com o diplomata e celebrou o resultado:

“Ficou bastante claro para todo Brasil que o senado federal tem um papel muito importante na política externa brasileira. [...]. Nós queremos participar dos

acordos bilaterais para que nosso comércio possa ser ampliado, para que o Brasil não participe apenas com 2% do comércio mundial, mas que a gente possa sonhar em chegar em 5%, a 7%, e que o agronegócio possa chegar a 12%. [...]. Agradeço a solidariedade. É nossa posição proteger o Brasil nas relações internacionais.”

A embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues afirmou que o episódio se tratava de um recado dos senadores contra Ernesto Araújo e a ala ideológica na ocupação das relações exteriores. A articulação entre os representantes do agronegócio e militares obteve sucesso em vista que o posto indicado é de interesse da base ideológica que suporta o chanceler. (DERROTA, 2020)

Neste contexto, a situação de Ernesto Araújo se tornou mais crítica após afirmação do diretor do Butantan de que a má relação do governo com os chineses estava prejudicando a fabricação da vacina, pelo atraso na importação dos insumos vindos da China (LIMA; CARDIM, 2021). Diante disso, o ministro foi convocado pelo senado para prestar esclarecimentos sobre a atuação do Ministério das Relações Exteriores nos esforços para obtenção de vacinas contra a Covid-19 no dia 24 de março de 2021. Na sessão, diversos parlamentares clamaram pela demissão de Ernesto Araújo, enquanto a base governista estava ausente na sessão em sua defesa, o que foi visto como abandono do chanceler. A senadora Kátia Abreu, que cumpria neste momento o posto de presidente do CRE, questionou o ministro sobre as condições diplomáticas do Itamaraty em realizar as negociações após os ataques do governo contra a China e destacou que o ministro representa uma dificuldade para trazer as vacinas do exterior (SENADO, 2021). Em 29 de março, 5 dias depois da audiência, Ernesto Araújo pediu demissão do cargo após pressão do Congresso sob sua demissão

Madureira (2022) identificou a atuação dos ruralistas na pressão do governo em relação ao relacionamento do país com a China em dois momentos distintos. O primeiro mais vocal e público, em 2019, na oposição das declarações do chanceler, visando impedir que o Brasil entrasse em confronto comercial com os asiáticos, com atuação ativa da ministra Tereza Cristina no exterior e esforços como a viagem de Bolsonaro à Pequim. O segundo momento apontado pelo autor se faz presente durante a pandemia, com menos declarações públicas devido à adesão formal do setor no governo e os bons resultados nas exportações, porém com articulações dentro do Congresso e da FPA com o objetivo de demissão do ministro Ernesto Araújo, no qual foi essencial o papel da senadora Kátia Abreu.

Vale pontuar que, apesar das tensões frequentes entre as duas nações durante o comando do Itamaraty sob Ernesto Araújo, não houve escaladas de tensões diplomáticas ao ponto da imposição de sanções ou repreendas por parte do governo chinês.

Logo, Ferreira et al. (2022) argumenta que o agronegócio, notadamente o setor produtor de soja, exerce um papel de estabilizador das relações comerciais brasileiras, sendo um setor relevante para moderação da relação sino-brasileira diante de tensões diplomáticas promovidas pelo governo e Itamaraty. O agronegócio ocupa essa posição tendo em vista sua capacidade de exercer pressão devido ao seu capital político e econômico, somado aos interesses comerciais no mercado chinês e nos investimentos estrangeiros.

### 3.3.3. GUERRA RUSSO-UCRANIANA E O MERCADO DE FERTILIZANTES

Em 24 de Fevereiro de 2022, após semanas de aumento de tensões, o presidente russo Vladimir Putin anunciou o começo da chamada “operação militar especial” no território ucraniano, seguido do lançamento de artilharia e entrada de militares no país vizinho, o que deu início à guerra russo-ucraniana (BEAUMONT, 2022). A implosão da do conflito e a sucessão de sanções econômicas/comerciais impostas pelo ocidente, notadamente Estados Unidos e União Europeia, elevaram a preocupação sobre o fornecimento de fertilizantes para a produção agrícola brasileira.

Vale notar, portanto, que a Rússia é o maior produtor de fertilizantes do mundo, sendo responsável por 13,1% do total de exportações do produto, enquanto o Brasil é o maior importador, destino de 15,7% do total, sendo a Rússia a principal fornecedora, com 23,6% das compras brasileiras (OEC, 2024). Esse quadro demonstra a dependência brasileira do produto para sua produção agrícola, uma vez que o insumo é essencial, por exemplo, para as safras de soja e milho, o que torna o país vulnerável às consequências na cadeia de valor do produto.

Uma semana antes do estopim do conflito, o presidente Jair Bolsonaro realizou uma viagem à Rússia frente às pressões dos Estados Unidos contra o encontro com o presidente russo. No encontro entre os chefes de Estado, o brasileiro declarou:

“Somos solidários à Rússia. Queremos muito colaborar em várias áreas, defesa, petróleo e gás, agricultura, e as reuniões estão acontecendo. Tenho certeza que

essa passagem por aqui é um retrato para o mundo que nós podemos crescer muito as nossas relações bilaterais” (GALVANI, 2022)

A fala foi interpretada na comunidade internacional como um apoio ao Kremlin na crise entre Rússia, Ucrânia e OTAN, o que foi rebatido pelo Itamaraty, que declarou manter a posição de independência (GIELOW, 2022). Esse posicionamento foi evidenciado pela abstenção brasileira na resolução do Conselho de Segurança da ONU para condenar a anexação de quatro regiões da Ucrânia à Rússia, após ter condenado também a invasão russa ao território ucraniano em votações precedentes na Assembleia Geral (AMÂNCIO, LOVISI, 2022). Sobre o tema o presidente Bolsonaro comentou:

“O Brasil faz parte do Conselho (de Segurança) da ONU, nossa cadeira não é permanente, há algumas semanas foi votada uma resolução, o Brasil teve uma participação ativa nesta resolução. Se tomar conhecimento, o presidente Putin não tem nenhuma sanção ou condenação ao presidente Putin, [...], deixo claro que o voto do Brasil não está deferido ou atrelado a qualquer potência. Nosso voto é livre e vai ser dado nessa direção. [...]. Para nós a questão do fertilizante é sagrada e a nossa posição, [...], é de equilíbrio, e não podemos, ao interferir, trazer consequências para cá.” (SANTOS, 2022)

A atuação da diplomacia brasileira nesses episódios, já na chancelaria de Carlos França, se destaca pela retomada da tradição pragmática de busca pela neutralidade no cenário internacional, interrompida pela gestão do ex-chanceler Ernesto Araújo, deposto sob pressão diante da má relação com a China em um alinhamento automático com os Estados Unidos.

Em consequência à política externa brasileira frente ao relacionamento russo brasileiro, em junho, o governo da Rússia divulgou nota em favor do fornecimento de fertilizantes para o Brasil, que descreve:

“Os problemas da segurança alimentar global são considerados em detalhes. O presidente da Rússia fez uma avaliação detalhada das causas da difícil situação do mercado mundial de produtos agrícolas e fertilizantes. A importância de restaurar a arquitetura do livre comércio de alimentos e fertilizantes, desmoronada pelas sanções ocidentais, foi enfatizada. Nesse contexto, Vladimir Putin ressaltou que a Rússia está empenhada em cumprir suas obrigações de garantir o fornecimento ininterrupto de fertilizantes russos aos agricultores brasileiros.” (SCHUCH, 2022)

O MRE, diante da crise de desabastecimento de fertilizantes que viria com o prolongar do conflito russo/ucraniano, colaborou junto ao Grupo de Trabalho Interministerial do recém-lançado Plano Nacional de Fertilizantes (PNF), que busca a diminuição da dependência do produtor rural brasileiro às importações de fertilizantes e aumento da produção nacional (MAPA, 2022).

O Ministério também instaurou a “Diplomacia dos fertilizantes” com o objetivo de

“assegurar a manutenção das cadeias de suprimentos de fertilizantes abertas e acessíveis, em ambiente de negócios que preservem a continuidade dos fluxos de comércio não somente como meio de manter o abastecimento de fertilizantes, mas também como instrumento de caráter humanitário para garantir a segurança alimentar, sobretudo em países em desenvolvimento.” (MRE,2023)

A política possui 4 eixos principais de ação, sejam eles a 1) Identificação de fornecedores alternativos; 2) Manutenção de trocas comerciais com Rússia e Belarus; 3) Evitação de aplicação de sanções ou barreiras comerciais para os fertilizantes com a Rússia, Belarus e Irã, identificado como mercado potencial; e 4) Construção de consensos nos foros multilaterais para manutenção das cadeias de valor da agricultura. (MRE, 2023)

A FPA, por outro lado, sugeriu a inclusão do transporte de insumos em corredores humanitários para o ministro Carlos França (FPA, 2023), buscaram negociações para restabelecer o comércio de cloreto de potássio com embaixador de Belarus, Sergey Lukashevich (FPA, 2022), e propuseram projetos de lei para aceleração de produção de fertilizantes (FPA, 2022). Para além destas ações diretas, o grupo de parlamentares também exerceu pressão para retirada dos fertilizantes das sanções internacionais e aumento da produção nacional.

Nas comissões parlamentares, a frente parlamentar se mobilizou no senado, sob presidência da senadora Kátia Abreu, para realização de 4 audiências públicas sobre o tema ao longo de 2022 sob sua autoria. Na primeira, realizada no dia 05 de abril, foi ouvido o embaixador russo no Brasil Alexey Labetskiy para esclarecer a crise internacional russo-ucraniana e as consequências do conflito. Nesta oportunidade o senador Zequinha Marinho (PL-PA), vice-presidente da FPA, realizou questionamentos sobre o fornecimento de fertilizantes para o mercado brasileiro em nome da frente parlamentar (SENADO, 2022).

No dia seguinte, os senadores questionaram o chanceler Carlos França sobre o prejuízo na logística para importação de insumos, o trabalho do Itamaraty junto ao MAPA para buscar novos fornecedores, a negociação para evitar sanções internacionais para importação de países como Irã e a diplomacia dos fertilizantes. O senador Zequinha Marinho novamente se manifestou: “Me junto ao senador Chico Rodriguez com relação à preocupação na questão dos fertilizantes que são essenciais ao agro brasileiro. Aqui na casa, como vice-presidente da FPA, estamos trabalhando diuturnamente para que se evite o pior” (SENADO, 2022). A senadora Kátia Abreu antes de encerrar a sessão expressou sua satisfação com o trabalho do Ministério das Relações Exteriores e ressaltou a importância da autonomia nacional dos fertilizantes, ao

declarar que “meio ambiente é muito importante, mas sem comida não se vive” (SENADO, 2022).

Também foi realizada audiência sobre a “ajuda humanitária solicitada pelo governo ucraniano ao Brasil, por intermédio da Embaixada da Ucrânia em Brasília” no mesmo dia. Por fim, ao final do mês de abril, foi realizada sessão com finalidade de debater a redução da dependência de fertilizantes pelo Brasil com presença de representantes da EMBRAPA, APROSOJA, ABIQUIM, ANDA, SINPRIFERT e CNA. (SENADO, 2022)

Na CREDN ocorreram duas audiências públicas sobre o tema, a primeira com a participação do ministro Carlos França em 18 de maio e a segunda, dia 31 de maio, foi promovido um debate sobre os impactos do conflito Rússia e Ucrânia com acadêmicos, embaixadores e especialistas no tema. Na primeira ocasião, com uma presença mais marcante de deputados da oposição no debate sobre fertilizantes, o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), comentou sobre a venda da unidade de fertilizantes da Petrobras para empresa russa em fevereiro, enquanto o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) questionou o ministro:

“O senhor disse que nós estamos desenvolvendo uma diplomacia dos fertilizantes. Ora, esse conflito está levando ao empobrecimento do mundo, está levando a uma crise de alimentos no mundo inteiro, está levando a uma situação, inclusive, de ameaças de novos conflitos, com a possibilidade de adesão à OTAN da Suécia e da Noruega. Então, a minha pergunta é a seguinte: o Brasil não deveria realizar uma diplomacia mais ativa, buscando exatamente não a diplomacia dos fertilizantes, mas a diplomacia da paz? Não é possível o Brasil se reduzir à questão de fertilizantes, enquanto, sendo o principal país da América Latina, assiste passivamente a esse conflito sem interceder de forma ativa pela paz!” (SENADO, 2022)

Indagação respondida pelo chanceler em defesa das ações do ministério também pela promoção da paz, porém sem discorrer sobre a importância especial dada aos insumos. Os deputados ligados à FPA e pertencentes à base parlamentar do presidente Jair Bolsonaro demonstram maior preocupação nas eleições de 2022. Na segunda audiência promovida pela CREDN, a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) também perguntou sobre a saída da Petrobras do setor de fertilizantes, como ponto de crítica da oposição à ação do governo. (SENADO, 2022)

A CREDN também exerceu diplomacia parlamentar, com o encontro do presidente da comissão, deputado Pedro Vilela (PSDB-AL), junto ao deputado ruralista Rubens Bueno (CIDADANIA-PR), e com o embaixador do Irã no Brasil, Houssein Garibi. No encontro foram

debatidas as trocas comerciais de fertilizantes e produtos agrícolas entre os dois países sem a aplicação de sanções. (CREDN, 2022)

O posicionamento brasileiro em relação à guerra russo-ucraniana se dá, portanto, a partir do pragmatismo e neutralidade, diferente do observado na sessão anterior do relacionamento do país com a China. Porém, também se observa, a partir do interesse e participação ativa da Frente Parlamentar da Agropecuária, principalmente no Senado, que o MRE prioriza o tema de fertilizantes diante do conflito internacional, sendo este o interesse nacional defendido para o posicionamento brasileiro no exterior.

Após explorado a atuação da FPA nos três casos de política externa e examinada a sua presença tanto no Congresso Nacional, quanto nas comissões de relações internacionais, compreende-se a bancada ruralista como ator nacional no modelo de dois níveis do Putnam (2008), logo, os parlamentares membros perseguem os seus interesses pressionando o executivo.

O presente capítulo, portanto, analisou essa relação da Frente Parlamentar da Agropecuária com a política externa do governo Bolsonaro. O trabalho iniciou demonstrando o apoio e proximidade política da FPA com o presidente, seguido em demonstrar a sua presença relevante no legislativo, assim como nas comissões de relações internacionais do senado e da câmara. Além disso, foi verificado que os parlamentares da bancada ruralista também ocupavam as presidências das comissões, o que remete a seu *modus operandi* de condução do debate pelo poder de decisão das pautas, como apresentado por Bachrach e Baratz (2011). Por fim, a análise da Diplomacia do Agronegócio e dos casos escolhidos para análise qualitativa - acordo União Europeia/Mercosul, relações Brasil/China e guerra russo-ucraniana - evidenciaram o interesse dos ruralistas na política externa e seu relacionamento de influência na política externa de Bolsonaro pela delegação e pelo exercício da pressão, quando a condução do MRE divergia dos seus interesses.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o interesse da Frente Parlamentar da Agropecuária na política externa do governo Bolsonaro enquanto ator doméstico representante de um setor produtivo, o agronegócio, capaz de influenciar a tomada de decisão no plano

internacional. Para tanto, iniciou-se com uma revisão teórica para que se compreendesse a relação do legislativo com o executivo na produção de políticas externas no Brasil, como a bancada ruralista se inseriu no governo a partir de 2019 e a sua relação com a gestão do MRE.

Em seguida, optou-se por realizar a análise quantitativa do tamanho da FPA no Congresso Nacional, posteriormente investigando a presença da bancada nas comissões de relações exteriores, assim como dos cargos de presidência. Em consonância, também foi examinada a Diplomacia do Agronegócio promovida pelo Itamaraty em conjunto com a iniciativa privada do agro e a bancada ruralista. Assim como foram analisadas as manifestações de interesse dos membros da FPA nos 3 temas de política internacional selecionados.

A Frente Parlamentar da Agropecuária diante do governo Bolsonaro apresentou papel de delegação controlada da política externa com um posicionamento ativo em busca da concretização de suas preferências. Assim, os parlamentares participaram na produção de política externa por meio da delegação ao MRE em assuntos de interesse, como a Diplomacia do Agronegócio, e fiscalizaram o governo principalmente por meio de alarme de incêndio através do exercício de pressão em casos de conflito de interesses da bancada, como observado nos conflitos quanto à relação sino-brasileira. Na análise dos casos, é possível observar também a fiscalização por patrulha policial, uma vez que há acompanhamento próximo das ações do executivo pelos parlamentares, que de modo espontâneo agiram na rejeição da indicação de diplomatas, atuaram na promoção de acordos comerciais e direcionaram as ações do Itamaraty para seus interesses.

Infere-se, portanto, o controle da política externa ideológica do governo em prol de um viés pragmático nos assuntos de interesse setorial, buscando uma moderação do discurso e das ações internacionais para redução de danos comerciais. Esse papel exercido pela FPA é corroborado pelo modelo de dois níveis de Putnam (2008) no tocante à influência de grupos domésticos na tomada de decisão no plano internacional, notadamente de grupos de interesse no legislativo. Assim, as preferências do agronegócio na política externa são representadas pela Frente Parlamentar da Agropecuária, a qual possui uma relevância importante no Congresso Nacional e é capaz de ocupar as comissões e espaços de decisão no legislativo, tornando-a uma força incontornável na produção da política externa. A bancada ruralista, portanto, se opôs aos intentos conflituosos do governo com países parceiros, buscando amenizá-los e/ou impedi-los, a exemplo das relações Brasil/China, e delegou ao executivo a condução de políticas do seu interesse, como a Diplomacia do Agronegócio e o posicionamento de neutralidade na guerra

russo-ucraniana. Também é possível observar a tendência centralizadora dos esforços de política externa para ganhos setoriais do agronegócio, sendo seus interesses dominantes na agenda ambiental no exterior com objetivo de promoção da imagem do agro enquanto sustentável.

Evidentemente, toma-se nota da escassez de vasta bibliografia aprofundada tanto no tema abordado, quanto no período de 2019 a 2022 escolhido, devido, primeiro, ao início recente de produção acadêmica sobre a relação do legislativo com a política externa brasileira e, segundo, pela pequena distância histórica com o governo Bolsonaro. Denota-se, portanto, a importância de se explorar mais profundamente os casos abordados.

## 5. REFERÊNCIAS

ACORDO de livre Comércio União Europeia-Mercosul: Sem Participação, Cortando Florestas e Direitos. Rettet den Regenwald: Hamburgo. 2021.

AMÂNCIO, Thiago; LOVISI, Pedro. **Brasil se abstém na ONU de condenar anexação de parte da Ucrânia à Rússia**. Folha de São Paulo [online], 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/09/brasil-se-abstem-de-condenar-anexacao-de-parte-da-ucrania-a-russia.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2024

ARÁUJO, Ernesto Henrique Fraga. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, ano 3, n. 6, p. 324-358, jul. 2017.

Bachrach, Peter; Baratz, Morton S. Duas Faces do Poder. **Revista de Sociologia e Política** 19 (40), 2011.

BANCADA ruralista oficializa apoio ao impeachment de Dilma. **Globo Rural** [online], Rio de Janeiro, 16 mar. 2016. Disponível em: <https://globo rural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/03/bancada-ruralista-oficializa-apoio-ao-impeachment-de-dilma.html> Acesso em: 02 jul. 2024

BARCELOS, E. A. da S.; BERRIEL, M. C. Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no Parlamento

Brasileiro. In.: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 19., São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Unicamp, 2009. p. 1-32.

BASSI, Bruno Stankevicius. Aliada a Bolsonaro, Frente Parlamentar da Agropecuária reelege 52% de seus membros na Câmara. **De Olho nos Ruralistas**. 2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/10/08/aliada-a-bolsonaro-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reelege-52-de-seus-membros-na-camara/>. Acesso em: 26 jan. 2024

BEAUMONT, Peter; JONES, Sam. **Russia has invaded Ukraine: what we know so far.** The Guardian. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/feb/24/russia-has-invaded-ukraine-what-we-know-so-far>. Acesso em: 21 abr. 2024

BOARIN, P. V.; RESENDE, C. Lobby e política externa no legislativo brasileiro: a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 27, p. 210-240, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRAZIL's Amazon rainforest suffers worst fires in a decade. **The Guardian** [online], Brasília. 2020. Disponível em: <https://theguardian.com/environment/2020/oct/01/brazil-amazon-rainforest-worst-fires-in-decade>. Acesso em: 03 abr. 2024

BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato S. (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 155-165.

BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, n. 40, p. 69-89, 1996.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Frentes Parlamentares**. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53910>. Acesso em: 24 fev. 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Notas Taquigráficas – Comissões: 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA.** Brasília: CAPADR, 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Notas Taquigráficas – Comissões: 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA.** Brasília: CREDN, 2019.

CASTILHO, Alceu Luís. Frente Parlamentar da Agropecuária compôs 50% dos votos do impeachment e 51% dos votos para manter Temer. **De Olho Nos Ruralistas** [online]. 2017. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/25/frente-parlamentar-da-agropecuaria-compos-50-dos-votos-do-impeachment-e-51-dos-votos-para-manter-temer/>. Acesso em: 02 jul. 2024

CASTILHO, Alceu Luís. Os Financiadores da Boiada: Como as Multinacionais sustentam a Bancada Ruralista e Patrocinam o Desmonte Socioambiental. **De Olho nos Ruralistas.** 2022.

CASTILHO, Alceu Luís. Os Operadores da Boiada: Conheça os Parlamentares Ruralistas Responsáveis pelo Desmonte Socioambiental. **De Olho nos Ruralistas.** 2022.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. **PIB Do Agronegócio Brasileiro.** Esalq/USP. 2024. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CICERI, Larissa Ananda. **O Processo de Especialização da Economia Brasileira no Setor Agropecuário e a Bancada Ruralista como Ator de Política Externa (2006-2019).** 2019. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CNA: Mercosul trava comércio com União Europeia. Gazeta do Povo. 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/cna-mercosul-trava-comercio-com-uniao-europeia-06veltyjcrpuq1uv7x3u4hy6m/>. Acesso em: 9 abr. 2024

COBRA, Amanda. **República Popular da China critica Bolsonaro por sua visita a Taiwan.** Poder 360. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/republica-popular-da-china-critica-bolsonaro-por-sua-visita-a-taiwan/>. Acesso em: 17 abr. 2024

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DE DEPUTADOS – CREDN. **Relatório de Atividades 2019**. Brasília: CREDN, 2019.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DE DEPUTADOS – CREDN. **Relatório de Atividades 2021**. Brasília: CREDN, 2021.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DE DEPUTADOS – CREDN. **Relatório de Atividades 2022**. Brasília: CREDN, 2022.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL – CRE. **Relatório das Atividades em 2021**. Brasília: CRE. 2021

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL – CRE. **Relatório das Atividades em 2022**. Brasília: CRE. 2022

CRISTINA, T. **Nota oficial**: FPA declara apoio a Jair Bolsonaro. Agência FPA, 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/10/nota-fpa.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR – DIAP. **Radiografia do Novo Congresso** – Legislatura 2019-2023. Brasília: DIAP. 2018 Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/category/13-radiografia-do-novo-congresso>. Acesso em: 26 jan. 2024.

DERROTA no Senado expõe pressão por saída de Ernesto Araújo. **Carta Capital** [online]. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/derrota-no-senado-expoe-pressao-por-saida-de-ernesto-araujo/>. Acesso em: 18 abr. 2024

DINIZ, Simone; RIBEIRO, Cláudio – The Role of the Brazilian Congress in Foreign Policy. **Brazilian political science review**, Vol. 2, pp. 10-28, 2008.

DUARTE, Isadora. Bolsonaro à bancada ruralista: 'Esse governo é de vocês'. **Estadão**. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-a-bancada-ruralista-esse-governo-e-de-voces/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

EMBAIXADA da China no Brasil. **Carta Aberta à Sociedade Brasileira da Embaixada da China**. 2020. Disponível em: [http://recife.china-consulate.gov.cn/por/zlghd\\_3/202003/t20200331\\_5061455.htm](http://recife.china-consulate.gov.cn/por/zlghd_3/202003/t20200331_5061455.htm). Acesso em: 18 abr. 2024

EMBRAPA. **Crescimento das exportações brasileiras e atendimento a novos mercados**. 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao-de-futuro/intensificacao-tecnologica-e-concentracao-da-producao/sinal-e-tendencia/crescimento-das-exportacoes-brasileiras-e-atendimento-a-novos-mercados#:~:text=Entretanto%2C%20em%202021%2C%20as%20exporta%C3%A7%C3%B5es,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20anterior>. Acesso em: 20 jun. 2024

ERNESTO, Araújo sofre dura derrota no Senado. **Carta Capital** [online]. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/ernesto-araujo-sofre-dura-derrota-no-senado/>. Acesso em: 18 abr. 2024

FERREIRA, Mariana Davi *et al.* A Cadeia Produtiva da Soja e a Política Externa Brasileira para a China. **Revista Conjuntura Global**, v. 11, n. 2, p. 96-118, 2022.

FPA e Belarus buscam soluções para agilizar envio de fertilizantes ao Brasil. **UDOP**, 2022. Disponível em: <https://www.udop.com.br/noticia/2022/04/13/fpa-e-belarus-buscam-solucoes-para-agilizar-envio-de-fertilizantes-ao-brasil.html>. Acesso em: 21 abr. 2024

FPA. **NOTA OFICIAL: FPA declara apoio a Jair Bolsonaro**. Agência FPA, 2 out 2018. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2018/10/02/nota-oficial-fpa-declara-apoio-a-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 11 out 2020.

FPA. **NOTA OFICIAL: Relação Brasil e China**. 2020. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2020/03/19/nota-oficial-relacao-brasil-e-china/>. Acesso em: 18 abr. 2024

FPA. **Relatório sobre defensivos agrícolas pode ser votado na próxima semana**. 2018. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2018/05/09/relatorio-sobre-defensivos-agricolas-pode-ser-votado-na-proxima-semana/>. Acesso em: 08 abr. 2024

FPA. **Resumo Executivo – PL n° 436 de 2022**. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/2022/05/30/cd-pl-436-2022/>. Acesso em: 21 abr. 2024

FREIXO, A. As Relações Exteriores – Bolsonaro, 100 dias, **Le Monde Diplomatique**, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-relacoes-exteriores-bolsonaro-100-dias/>. Acesso em: 20 maio 2024.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA. **História da FPA**. 2024. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 02 jul. 2024

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA. REVISTA FPA 2019-2020.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA. REVISTA FPA 2021-2022.

FUNAG. **Aula magna do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, no Instituto Rio Branco, em Brasília (11/03/2019)**. 2019. Disponível em: <https://antigo.funag.gov.br/index.php/pt-br/politica-externa-brasileira/2912-aula-magna-do-ministro-de-estado-no-rio-branco>. Acesso em: 18 abr. 2024

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO – FUNAG. **Carlos Alberto Franco França** - Discurso de posse. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/carlos-alberto-franco-franca-discurso-de-posse>. Acesso em: 02 jul. 2024

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO – FUNAG. **Ernesto Araújo** - Discurso de posse. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>. Acesso em: 02 jul. 2024

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1997.

GALVANI, Giovanna. **Bolsonaro em encontro com Putin**: “Somos solidários à Rússia”. CNN Brasil: São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-em-encontro-com-putin-somos-solidarios-a-russia/>. Acesso em: 21 abr. 2024

GARDINI, Gian Luca; LAMBERT, Peter. **Latin American Foreign Policies: Between Ideology and Pragmatism**. Nova York: Palgrave Macmillan, p. 1-11, 2011.

GIELOW, Igor. **Somos solidários à Rússia, diz Bolsonaro em encontro com Putin.** Folha de São Paulo [online]. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/02/somos-solidarios-a-russia-diz-bolsonaro-em-encontro-com-putin.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2024

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Trad. de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 3.

IGLÉCIAS, Wagner. O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política – as batalhas do açúcar e do algodão na OMC. *Rev. Sociol. Política*, Curitiba, 28, p. 75-97, jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário:** IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 16 maio 2024

KEATING, Dave. **Macron's Mercosur Veto - Are Amazon Fires Being Used As A Smokescreen for Protectionism?** Forbes. Bruxelas. 2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/davekeating/2019/08/23/macrons-mercursosur-veto-are-amazon-fires-being-used-as-a-smokescreen-for-protectionism/?sh=3a0475c250fd>. Acesso em: 03 abr. 2024

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** Companhia das Letras: São Paulo, 2012.

LIMA, Bruna; CADIM, M. E. **Butantan atribui atraso de IFA da China a declarações de Bolsonaro.** *Correio Braziliense* [online]. 2021. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/05/4922658-butantan-atribui-atraso-de-ifa-da-china-a-declaracoes-de-bolsonaro.html#google\\_vignette](https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/05/4922658-butantan-atribui-atraso-de-ifa-da-china-a-declaracoes-de-bolsonaro.html#google_vignette). Acesso em: 18 abr. 2024

LIMA, Maria Regina Soares de, ALBUQUERQUE, Marianna. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. **Boletim Opsa**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 15-21, jan. 2019.

LIMA, Mayrá Silva. A Elite Ruralista no Parlamento: características principais da bancada que representa a classe proprietária rural. **Raízes**, Brasília, v. 38, n. 2, p. 58-72, dez. 2018.

LUJAN, Carlos; BURIAN, Camilo. El liderazgo brasileño en Sudamérica en Oempos de cambio. *Civitas*, v. 18, n. 2, 2018, p. 376-392. Disponível em [hΣps://www.scielo.br/pdf/civitas/v18n2/1984-7289-civitas-18-02-0376.pdf](https://www.scielo.br/pdf/civitas/v18n2/1984-7289-civitas-18-02-0376.pdf). Acesso em: 21 maio 2024.

MADUREIRA, E. M. C. **Diplomacia do Agronegócio**: Os ruralistas nas diretrizes diplomáticas do primeiro ano do governo Bolsonaro. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso – UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.

MADUREIRA, Eduardo Morrot Coelho. **A influência ruralista na política externa do governo Bolsonaro**. 2023. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro., Rio de Janeiro, 2023.

MALAMUD, Andrés. Assessing the poliΘcal dialogue and cooperaΘon pillar of the EU-Mercosur AssociaΘon Agreement: towards a bi-regional strategic partnership? Bruxelas: European Parliament Coordinator: Policy Department for External RelaΘons, Directorate General for External Policies of the Union, 2022. Disponível em [hΣps://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EXPO\\_IDA\(2022\)653652](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EXPO_IDA(2022)653652). Acesso em: 03 abr. 2024

MARCHAO, Talita. **Tereza Cristina faz "diplomacia paralela" para evitar crises com parceiros**. UOL [online]. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/05/17/tereza-cristina-diplomacia-china-paises-arabes.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 abr. 2024

MARTIN, Lisa. **Democratic Commitments**: Legislatures and International Cooperation. Princeton, Princeton University Pres, 2000.

MATSUI, Naomi. Bolsonaro recebe apoio do setor agropecuário e fala em fundir ministérios. 2018. Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/eleicoes/bolsonaro-recebe-apoio-do-setor-agropecuario-e-fala-em-fundir-ministerios/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

MCCUBBINS, Mathew; SCHWARTZ, Thomas. Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols versus Fire Alarms. *American Journal of Political Science*, v. 28, n. 1, pp. 65- 179, 1984.

MEDEIROS, K.P.; VILAS-BOAS, V.; ANDRADE, E. Política Externa Conservadora: uma nova matriz no Brasil? Março/2019, **Le Monde Diplomatique**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/79475-2/>. Acesso em: 25 maio 2024.

MERKEL: Amazon deforestation threatens EU-Mercosur deal. **DW** [online]. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/en/merkel-amazon-deforestation-threatens-eu-mercosur-deal/a-54651194>. Acesso em: 03 abr. 2024

MILMANDA, Belén Fernández. Harvesting Influence: agrarian elites and democracy in Brazil. **Politics & Society**, p. 1-27, 2022.

MILNER, H. V. *Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International Relations*. Princeton University Press, 1997, p. 3-29.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA. **Governo Federal lança Plano Nacional de Fertilizantes para reduzir importação dos insumos**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-nacional-de-fertilizantes-para-reduzir-importacao-dos-insumos>. Acesso em: 21 abr. 2024

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. *Diplomacia do agronegócio: 18 meses de trabalho*. 2020. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/images/Dpagro/Dpagro\\_18meses.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/Dpagro/Dpagro_18meses.pdf). Acesso em: 02 jul. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. *Diplomacia do agronegócio: 18 meses de trabalho*. 2020. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/images/Dpagro/Dpagro\\_18meses.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/Dpagro/Dpagro_18meses.pdf). Acesso em: 15 dez. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. n.º 125, 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. n.º 127, 2020

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. n.º 126, 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Resenhas de Política Exterior Brasileira**. n. 124. Brasília: MRE. 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/semcategoria/10227-resenha-de-politica-exterior-do-brasil>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MONTE, Déborah; HERNANDEZ, Matheus. Human rights foreign policy under Bolsonaro: pleasing the conservative constituency. **Revista Videre**, v. 13, n. 28, p. 89-123, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/15329>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. As Semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). **Revista Neiba: Cadernos Argentina-Brasil**, Macapá, v. 9, p. 1-19, jan. 2020.

Neves, João Augusto de Castro. O papel do Legislativo nas negociações do Mercosul e da ALCA. **Contexto Internacional** 25, p. 103-138, 2003

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY – OEC. Disponível em: <https://oec.world/en>. Acesso em: 21 abr. 2024

OLIVEIRA, Eliane. **Ruralistas querem reunião de emergência com chanceler de Bolsonaro**. O GLOBO [online]. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/ruralistas-querem-reuniao-de-emergencia-com-chanceler-de-bolsonaro-23517780>. Acesso em: 18 abr. 2024

Oliveira, Marcelo Fernandes de Oliveira. Atores políticos e Parlamento brasileiro no Mercosul. **Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política**, no. 1, p. 231-252, 2004.

Olson, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e Uma Teoria dos Grupos Sociais**. São Paulo: Edusp, 1999

PLANALTO. **Discurso do Presidente Jair Bolsonaro na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de>

conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas. Acesso em: 02 abr. 2024.

PLANALTO. **Discurso do Presidente Jair Bolsonaro na 75a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)**. 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=821wal-DuEA&ab\\_channel=Planalto](https://www.youtube.com/watch?v=821wal-DuEA&ab_channel=Planalto). Acesso em: 02 abr. 2024.

POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 104, p. 1-17, jan. 2020.

PRADO JUNIOR., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

PRAZERES, Leandro; REBELLO, Aiuri. Após anistia de R\$ 8,6 bilhões, 2/3 da bancada ruralista votam a favor de Temer. 2017. **Uol** [online]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/08/03/apos-anistia-de-r-86-bilhoes-23-da-bancada-ruralista-vota-a-favor-de-temer.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 02 jul. 2024

PUTNAM, Robert D.. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

RIBEIRO, Renata Albuquerque. Congresso e Agronegócio na Política Externa Brasileira: Dois Pesos, Duas Medidas? In: **Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 10º ed., 2016, Belo Horizonte.

RIBEIRO, Renata Albuquerque. CONGRESSO E AGRONEGÓCIO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS. In: **ENCONTRO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 10., 2016, Belo Horizonte. Política Externa. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Ciência Política, p. 4 – 24, 2016.

RODRIGUES, Mateus – Novo presidente da Apex toma posse e demite diretores, diz assessoria. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/06/novo-presidente-da-apex-toma-posse-e-demite-diretores-diz-assessoria.htm>. Acesso em: 20 maio 2024.

SANTOS, Juliana Steil. **Bolsonaro diz que Brasil adotará posicionamento 'neutro' com relação à Ucrânia.** G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2022/02/27/bolsonaro-diz-que-ligou-para-putin-e-que-situacao-e-delicada-nao-podemos-interferir.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2024

SARAIVA, Miriam Gomes. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, p. 117-137, 2019.

SCANTIMBURGO, A. O Desmonte da Agenda Ambiental no Governo Bolsonaro. *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 103-117, 2018.

SCHUCH, Matheus. **Em conversa com Bolsonaro, Putin promete fornecimento ininterrupto de fertilizantes, diz Kremlin.** Valor Econômico, 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/06/27/em-conversa-com-bolsonaro-putin-promete-fornecimento-ininterrupto-de-fertilizantes-diz-kremlin.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2024

SEMINÁRIO DIPLOMACIA DO AGRONEGÓCIO, 13 jun 2019, Brasília. **FUNAG.** Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLY4MsNDouGfhfcLuTrUxR8SXSPx3yQt2i> Acesso em: 02 jul. 2024

SEMINÁRIO DIPLOMACIA DO AGRONEGÓCIO, 13 jun 2019, Brasília. **FUNAG.** Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLY4MsNDouGfhfcLuTrUxR8SXSPx3yQt2i> Acesso em: 26 jan. 2024

SENADO FEDERAL. Comissão de Desenvolvimento Econômico – **4ª Sessão Legislativa Ordinária Da 56ª Legislatura:** Audiência Pública Conjunta Das Comissões Cdeics E Credn. 2022. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/65370>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SENADO FEDERAL. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – **Composição.** 2019. Disponível em: [https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao\\_comissao?codcol=54](https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao_comissao?codcol=54). Acesso em: 01 jul. 2024.

SENADO FEDERAL. **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** – Audiência Pública Interativa com o Embaixador da Federação Russa. 2022. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=10572&codcol=54> . Acesso em: 21 abr. 2024.

SENADO FEDERAL. **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** – Documentos de Audiências Públicas. 2022. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/audiencias?codcol=54&page=2>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SENADO FEDERAL. **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** – **4ª Sessão Legislativa Ordinária Da 56ª Legislatura**: Reunião de Comparecimento de Ministro de Estado. 2022. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/65139>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SENADO FEDERAL. CRE - Sabatinas de indicados para chefes de missão diplomática - 14/12/2020. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hqEe0H9ZX4w>. Acesso em: 18 abr. 2024

SENADO FEDERAL. Eleita presidente da CRE, Kátia Abreu diz que foco será acordo Mercosul-União Europeia. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2021/02/eleita-presidente-da-cre-katia-abreu-diz-que-foco-sera-acordo-mercosul-uniao-europeia>. Acesso em: 09 abr. 2024

SENADORA Kátia Abreu abre escritório da CNA junto À União Europeia em Bruxelas. **Conexão Tocantins** [online]. Tocantins. 2013. Disponível em: [https://conexaoto.com.br/2013/06/20/senadora-katia-abreu-abre-escritorio-da-cna-junto-a-uniao-europeia-em-bruxelas#google\\_vignette](https://conexaoto.com.br/2013/06/20/senadora-katia-abreu-abre-escritorio-da-cna-junto-a-uniao-europeia-em-bruxelas#google_vignette). Acesso em: 09 abr. 2024

SENADORA Kátia Abreu é expulsa do PMDB após críticas ao governo Temer. **Carta Capital** [online]. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/senadora-katia-abreu-e-expulsa-do-pmdb-apos-criticas-ao-governo-temer/>. Acesso em: 09 abr. 2024

SIEBENEICHLER, Amanda Jandrey. **A influência do Agronegócio na Política Externa Ambiental Brasileira**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SILVA, *et al.* O agronegócio brasileiro e as negociações Mercosul-União Europeia. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 5-32, 2019.

SIMIONATTO, Ivete, COSTA, Carolina Rodrigues. Como os Dominantes Dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**, Brasília, ano. 24, n. 12, p. 215-237, 2012.

SPEKTOR, Matias. Diplomacia da ruptura. In: SPEKTOR, Matias. **Democracia em Risco**. São Paulo, 2018. p. 324-338

SPOHR, Alexandre Piffero. **O Papel do Poder Legislativo na Política Externa Brasileira**: estudos acerca dos instrumentos do congresso nacional. 2020. 105 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SPRING, Jake. **Discurso anti-China de Bolsonaro causa apreensão sobre negócios com o país**. Reuters: Brasília. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/25/discurso-anti-china-de-bolsonaro-causa-apreensao-sobre-negocios-com-o-pais.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 17 abr. 2024

Vidigal, C. E., & Bernal-Meza, R. Bolsonaro versus Rio Branco: transição hegemônica, América do Sul e política externa. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 15, p. 11-26, 2020.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, 2007, p. 273-335. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/?format=pdf>

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social*, v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12404>

VIGNA, Edélcio. A bancada ruralista: um grupo de interesse. *Argumento*. Brasília: Inesc, n. 8, p. 1-51, 2001.

ZARUR, Camila. **Sete momentos em que Ernesto Araújo atacou a China.** O GLOBO [online]. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/sete-momentos-em-que-ernesto-araujo-atacou-china-1-25023701>. Acesso em: 18 abr. 2024